



ATA N.º 41/XII-3º/2018-19

1 – Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Vitória Clube Quintinhas, sito na rua Eugénio Salvador, nº 46, Quintinhas, na Charneca de Caparica, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de dezembro de 2019, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia

continuação

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2020 e Mapa de Pessoal do Município de Almada”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2020”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos e Cadastro do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo de Almada 2019-2021”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Juizes Sociais lista de candidatos biénio 2020/2021 (DL nº 156/78 de 30 de junho)”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada (ROSMA)”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Pedro Miguel Celestino Pereira; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Ricardo Lourenço Quintino (PS), Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Daniel Pedro Sobral (CDU), Augusto António Brinquete Proença (PSD), Marina Alexandra Pereira Lopes (PSD) dando conta da impossibilidade de estar presentes e solicitando a sua substituição. O Senhor Presidente informou ainda da comunicação do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) informando que não pode comparecer por estar doente.

71



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Sérgio Manuel de Sousa (PS) por impedimento de Carla Sofia Godinho; Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Joaquim, António José Olaio da Silva (CDU), por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso e de Andreia Sofia Fernandes Egas; António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; José João Santos da Mata (CDU) e Aurora da Conceição Marques de Almeida (CDU); Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria e de Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, Rita de Almeida Casimiro de Matos Oliveira (PSD).

4.3 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito, e o Senhor Presidente da Junta da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett.

4.4 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes.

4.5 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal, da Senhora Vereadora Catarina Pé Curto em substituição do Senhor Vereador António Matos, por impedimento dos/as Senhores/as Vereadores/as Rui Jorge Martins, Ana Cláudia Dias; do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Município João Rocha.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

No dia 12 de dezembro, acompanhei os trabalhos desta Assembleia Municipal, sendo que a certa altura, fiquei estupefacto com as palavras do Senhor Deputado Municipal, quando refere estar muito preocupado com a habitação clandestina nas Terras da Costa da Caparica. Tendo até confrontado o executivo sobre as diligências encetadas até à presente data. Todavia, na qualidade de cidadão, interrogo o Senhor Deputado Municipal, que clarifique nesta Assembleia Municipal quais foram as démarches realizadas durante quatro décadas pelos executivos cessantes, para a resolução clandestina nas Terras da Costa da Caparica.

Termino, lembrando a todos os almadenses, que as Terras da Costa da Caparica começaram a ser tomadas com a construção de barracas na década de setenta, não existindo vontade política durante quatro décadas, dos sucessivos executivos cessantes, para realojar essas pessoas com habitação condigna conforme define a Constituição da República Portuguesa.”

5.2. - Em resposta ao Senhor Município para prestar esclarecimentos usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Não havendo nenhuma questão posta ao executivo, penso que não haverá grande resposta a dar. Agradecer como a todos os Municípios que fazem intervenções, a participação.”

6 - Foi declarado aberto da Ordem do Dia, em continuação da reunião de dia 12/12/2019.

6.1 – No debate dos pontos em apreciação em conjunto, proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2020 e Mapa de Pessoal do Município de Almada” e proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2020” usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Carlos Revés (CDU), Artur Alfama (PAN), José Rocha (BE), André Macedo (PS) José Lourenço (CDU), Maria Luís Albuquerque (PSD), Margarida Lourenço (PS), Sílvia Sousa (Ind), Pedro Matias (PS) e João Gerales (CDU). Usaram ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara e os/as Senhores/as Vereadores/as João Couvaneiro, Francisca Parreira, Teodolinda Silveira e Miguel Salvado.



6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, mais uma vez estamos aqui nesta sala para apresentação, discussão e votação de mais um Orçamento e Opções do Plano.

São 109.000.000.00€ (cento e nove milhões de euros), é sem dúvida, um Orçamento bastante ambicioso, e esperemos que seja, mais uma vez, um Orçamento que contribua para a mudança. Para a mudança em muitas áreas, não vamos mais uma vez aqui dizer que nada foi feito, como é óbvio, não entramos por esse caminho, mas comparativamente e com os recursos que Almada tem, com as gentes que Almada tem, com a posição geográfica onde Almada está situada, entendemos que muito está por fazer nesta nossa terra.

109.000.000.00€ (cento e nove milhões de euros) é sem dúvida muito, mas para aquilo que está por fazer é efetivamente pouco.

De qualquer forma, o Orçamento deverá ser gasto, aplicado naquelas que são as prioridades para o Concelho e naquelas que são as áreas que estão mais carenciadas. E este Orçamento por aquilo que o CDS-PP esteve a avaliar, vai muito de encontro aquelas que foram e têm sido também as propostas do CDS-PP ao longo destes últimos anos na Assembleia Municipal de Almada. E estamos a falar acima de tudo, daquelas políticas direcionadas para o âmbito social. E aí Senhora Presidente de Câmara, devemos aqui reforçar, o âmbito em que foi escolhido e que foi priorizado esta área, não só a reabilitação urbana, não só o tratamento que foi dado e que vai ser dado através do programa de habitação para as pessoas mais carenciadas, também com o Regulamento que estava em falta e a requalificação não só das zonas, dos espaços e dos fogos já existentes, como também a construção de nova habitação social.

Senhora Presidente de Câmara, deixamos aqui os parabéns nesta matéria.

Em relação às áreas do social, também verificamos uma aposta fundamental nestas áreas, demonstra as muitas carências que ainda encontramos no Concelho de Almada, mas que com certeza, e não se faz tudo em dois anos, como é evidente, temos muitos anos pela frente para efetuar uma mudança que se pretende.

Nestas áreas reforço o apoio aos idosos, reforço o apoio às crianças e também aquele que foi e que vai aqui ser apresentado e votado ainda hoje, que é o Plano para os sem abrigo. Felizmente não temos assim à partida e através desse Plano, vai ser feito o levantamento desse estudo, mas à partida não temos um flagelo considerável relativamente aos sem abrigo, mas os sem abrigo podem ser de variadas situações. Nomeadamente, aquelas que têm a ver com a habitação, têm a ver com carências alimentares e mais uma vez aqui reforçar aquilo que aqui ontem foi dito, relativamente à criação do programa contra o desperdício alimentar e a favor do aproveitamento alimentar, que está em vias da sua criação, da sua implementação e que vai também favorecer crianças, famílias, idosos que tenham essas mesmas carências da parte alimentares.

Depois, áreas que são também mencionadas na intervenção que fez, já falou da habitação, a necessidade de continuar a requalificar vias e acessos no Concelho, também tem sido ao longo deste tempo, as queixas e algumas necessidades que têm sido deixadas por parte dos cidadãos.

Um investimento que é necessário continuar a aprofundar na área não só do turismo, para atrair mais pessoas, para atrair mais visitantes, para criar postos de trabalho, para criar emprego e para desenvolver novas oportunidades de negócio, poderemos ter aqui com esta mais valia, também uma maior aposta por parte da Câmara Municipal, em conjunto com as forças dinâmicas e vivas do Concelho, na área da economia e do empreendedorismo.

Depois, também os transportes e falamos na 6ª Comissão esta semana, a necessidade que temos de fazer um esforço conjunto entre todas as forças políticas e nomeadamente a Câmara Municipal de Almada, para que os almadenses possam ter vias de transportes, possam ter melhores transportes, possam ter mais regularidade nos transportes e possam ter também a nível da mobilidade uma maior qualidade. Hoje em dia, ainda temos espaços no Concelho que não são cobertos pelos transportes e, portanto, temos aqui também um grande desafio pela frente.

11



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Outra área que verificamos e que também tem tido melhorias significativas ao longo destes dois anos, embora ainda haja muito por fazer, tem a ver com a higiene e com a limpeza urbana. Todos nós sabemos que tem sido muito difícil resolver esta situação, tem havido investimento por parte da Câmara Municipal considerável, tem havido também investimento por parte de algumas Juntas e, portanto, com este Orçamento, Senhora Presidente, com certeza que aos poucos vamos melhorando aquilo que tem sido um dos problemas do nosso Concelho.

Para já Senhora Presidente de Câmara, mais uma vez realço são 109.000.000.00€ (cento e nove milhões de euros), estão esplanadas as prioridades, tem que se fazer escolhas com estes valores que são finitos como é evidente, o dinheiro não estica, já dizia o anterior Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almada, o Dr. Joaquim Judas, e com toda a razão como é evidente. Mas, são opções. E, portanto, antigamente a Câmara Municipal tinha outras opções, esta Câmara tem outras e, portanto, depois no final faremos as contas.”

6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Em Almada, à semelhança do que acontece por todo o país, as redes de água e saneamento, contruídas na sua grande maioria há quatro décadas atrás, aproximam-se a passos largos do término da sua vida útil.

Este fator coloca uma grande pressão aos serviços municipais no que à sua manutenção diz respeito, com o aumento da frequência de roturas, por exemplo, sem esquecer do incremento nos custos associados.

Por estas razões, é imprescindível a existência de uma estratégia de reabilitação das redes a curto/médio prazo com um planeamento, claro, rigoroso, abrangente e transparente, tanto ao nível das prioridades de intervenção no terreno, como também do seu financiamento, dada a extensão das redes existentes e dos recursos disponíveis.

No entanto, é precisamente esta estratégia assente em critérios meramente técnicos de prioridade de intervenção, aferidos pela idade da infraestrutura e da sua efetiva situação de exploração (número de roturas, indicador de perdas de água etc.) que sabemos serem ferramentas dos serviços na programação a médio prazo, que não conseguimos vislumbrar no Plano de Atividades e Orçamento dos SMAS hoje em discussão nesta Assembleia Municipal.

De facto, e sem querer menosprezar as intervenções previstas, pois consideramos que todas as obras de reabilitação das redes são importantes e necessárias, aquilo que se vê plasmado neste documento são um conjunto de intervenções avulsas, algumas decorrentes mais de opções da Câmara Municipal do que de uma real prioridade face às condições das redes no terreno.

Por outro lado, também não percebemos qual a estratégia subjacente ao disposto nos pontos 2.1.7, efetuar o estudo para a revisão da estrutura de captação, adução e reserva, e 2.1.8, estudar e elaborar projeto de remodelação das condutas adutoras instaladas.

Se o estudo referido no ponto 2.1.7, não está ainda terminado e é necessário, e concordamos plenamente com a sua necessidade, não se compreende com que base se vai avançar para a remodelação das adutoras existentes.

Nestes termos, e por estas razões, o Grupo Municipal da CDU irá votar contra o Plano de Atividades e Orçamento dos SMAS para 2020.”

6.1.3 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Formulamos de seguida algumas considerações relativas aos documentos em apreciação.

A habitação é assumida como uma das grandes prioridades para o atual executivo, procurando dar resposta aos residentes em áreas de risco e em habitações precárias e requalificando o parque habitacional degradado. São apresentadas diversas propostas municipais que, em conjunto com programas governamentais, visam encontrar soluções para as necessidades habitacionais do Município.



Mas é também fundamental salvaguardar o acesso a este direito básico atualmente ameaçado pela especulação imobiliária, pelas “leis do mercado” que, por um lado, colocaram o nosso país como destino turístico de excelência, beneficiando de um conjunto de condições únicas, algumas lamentavelmente indesejáveis, como a dramática crise vivida no mediterrâneo e por outro trouxeram até nós uma procura dotada de recursos financeiros sem paralelo no nosso país e que arrastaram a formação do preço para níveis inoportáveis para o comum do cidadão almadense. A habitação não pode ser um luxo e o alojamento de curta duração não pode sufocar o mercado de arrendamento, sobrepondo-se ao interesse de quem faz deste Concelho, 365 dias por ano, aquilo que ele é: único e precioso.

A educação é o pilar mais forte de qualquer sociedade, ímpar na capacidade em mudar o rumo de um país. Reconhecemos como positivas as medidas apresentadas e salientamos a implementação do Plano “Sextas pelo Futuro – Mãos à obra”, que reconhece a importância de ouvir as exigências de mudança dos nossos jovens em relação às políticas ambientais, propondo a plantação de 25 mil árvores no nosso concelho. Ainda assim, defendemos que é necessário ir mais longe e reconhecer a educação ambiental, em todas as suas vertentes, de proteção do ambiente, mas também dos animais, como uma área prioritária de investimento não a reduzindo somente a iniciativas pontuais.

Saudamos a proposta do projeto-piloto para a implementação do programa de Mentoria e Apoio Escolar em articulação com uma Universidade Sénior. A convivência entre gerações e a partilha de experiências enriquecem a aprendizagem e contribuem para um encurtar de distâncias entre os mais velhos e os mais jovens, fortalecendo laços de solidariedade intergeracional cada vez mais ténues e ameaçados pela evidente incapacidade que os decisores políticos revelam em ouvir os mais novos, estando reféns de poderes instalados e de ciclos políticos que perpetuam os interesses do desempenho (de curto prazo) em detrimento da sustentabilidade que se quer para o mundo que ficará nas mãos daqueles que hoje apenas ambicionam ter um futuro.

No capítulo da saúde, o nome do nosso concelho entrou, pelas piores razões, para o espaço mediático nacional. Ainda que saibamos da limitação nas competências do executivo camarário e conheçamos com algum detalhe as dificuldades relacionadas com esta temática, não podemos deixar de exigir que se envidem esforços no sentido de assegurar um direito que jamais poderá estar dependente da capacidade financeira dos utentes.

A existência de uma estratégia nacional de saúde, conjugada com as dinâmicas e competências locais, deve ser uma exigência que acautele que um direito tão básico, tão elementar, deva ser assegurado na atenção ao superior interesse das populações.

Sabemos bem do peso financeiro que a Saúde tem em qualquer país civilizado, sabemos que a gestão de recursos limitados deve ser feita com o máximo rigor. Mas sabemos também o quão rentável, seguro e apetecível pode representar transformar a saúde no negócio da doença, alimentando-se um sistema reativo em detrimento do preventivo. E se o despesismo em contexto público deve ser motivo de atenção, não poderemos ser menos exigentes quando do outro lado estiverem agentes privados. Nestes equilíbrios tantas vezes precários, tantas vezes subvertidos por interesses eticamente reprováveis, jamais sairemos do lado daqueles que são mais vulneráveis.

Também o bem-estar animal é merecedor da nossa contínua e legítima preocupação. Sentimos que 2019 foi mais um ano perdido.

Estamos em crer que ninguém nesta Assembleia questionará o carácter ético e progressista da lei do fim do abate de animais saudáveis para fins de controlo populacional. Nesse seguimento, é naturalmente indispensável uma política integrada de bem-estar animal que consista na esterilização, no estímulo à adoção responsável e na criação de espaços próprios em respeito pelos animais silvestres e assilvestrados que não se resumam a medidas pontuais e propagandísticas sem continuidade ou planeamento estratégico.

No capítulo das esterilizações, prática consensualizada como basilar ao controlo da população animal do nosso Concelho, 2019 representa a continuidade de um intolerável fracasso. Se em 2018 a falta de recursos humanos e logísticos justificava uma reduzidíssima execução de esterilizações, 2019 não foi diferente tendo mesmo, nos meses de setembro e outubro, registado uma total paralisação destes atos cirúrgicos no Serviço Veterinário

17



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municipal. E nem o apoio financeiro do Estado, disponibilizando 15.000 euros, parece suficiente para alterar um paradigma onde o nosso Município ocupa um dos mais modestos lugares na tabela dos benefícios governamentais concedidos. A resposta do Serviço Veterinário Municipal aos almadenses, seja no que se refere a pedidos de ajuda na recolha de animais errantes, seja na resposta à denúncia de condições precárias de alojamento ou negligência continua a ser tardia e pouco eficiente.

Relativamente ao Centro de Bem-Estar Animal, continuamos sem sinais tangíveis, continuamos a ver Associações que cumprem, em condições degradantes, os deveres do Município, cansadas de promessas, sejam de terrenos que possam remediar a situação atual, seja na solução que se quer definitiva para um problema que se arrasta há demasiado tempo.

Já no que se refere ao Regulamento Municipal do Animal, nada de novo. Não obstante esta Assembleia ter aprovado, por duas vezes, em dois mandatos consecutivos, o fim da proibição da alimentação em via pública dos animais errantes, não obstante esta assembleia ter aprovado um voto de saudação aos cuidadores e cuidadoras dos nossos animais de rua, continuamos a ver remetido para um regulamento de resíduos urbanos a sobrevivência e dignidade destes animais, continuamos a assistir ao conflito social daqueles que não toleram ver um animal morrer de fome com os que querem fazer valer uma norma absolutamente cruel e anacrónica já nesta Assembleia por duas vezes dignamente revogada.

Pela positiva, 2019 fica marcado pela realização do primeiro simpósio de bem-estar animal, que saudámos unanimemente nesta Assembleia, acompanhado da criação da figura do Provedor do Animal do Concelho de Almada, cuja aprovação nos órgãos competentes continua indesejavelmente pendente. Também a recente celebração de um protocolo com uma Associação de proteção animal do nosso município é um sinal positivo. Não se queira, porém, que a criação da figura do Provedor ou o protocolo assinado funcionem como uma espécie de “descentralização de competências”. Não. Ambos trazem para a esfera municipal novos parceiros, novos corresponsáveis de um ónus pelo qual o executivo municipal tem a responsabilidade derradeira. Continuaremos vigilantes, exigentes e diligentes. O que exigimos não requer significativos recursos humanos, o que exigimos não requer avultados recursos financeiros, o que exigimos requer apenas aquilo que não podemos aceitar que não exista: vontade política. Confiamos que 2020 seja o ponto definitivo de viragem.

A mobilidade é uma questão central das cidades contemporâneas. O investimento em modos de transporte menos poluentes e na mobilidade suave, bem como em infraestruturas que permitam a utilização preferencial destes meios de transportes, são essenciais para a descarbonização do Município. Continua a lamentar-se a falta de concretização de um plano de mobilidade suave, assente na construção de ciclovias e de percursos pedonais que incentivem às mais primárias, saudáveis e sustentáveis formas de deslocação.

Saudamos a intenção da criação de um regulamento que discipline adequadamente o estacionamento, paragem e circulação em via pública esperando que se inverta o atual paradigma e se devolva o passeio aos peões, dê tolerância zero para com a falta de respeito por aqueles que têm a sua mobilidade condicionada e que, tantas vezes, são obrigados a circular pela estrada porque os seus concidadãos acharam pertinente levar o automóvel quase para dentro de casa, do café ou do restaurante.

Estão previstas obras de requalificação, algumas já iniciadas, em vias altamente carenciadas como seja a ex-Estrada Nacional 377, a Estrada Florestal e a Avenida do Mar. Tal como resulta de uma recomendação por nós apresentada nesta Assembleia e que teve aprovação unânime, esperamos que estas obras sejam acompanhadas de medidas dissuasoras de velocidade excessiva, particularmente importantes em zonas residenciais e florestais, bem como de ciclovias. Neste particular, insistimos no investimento sério numa rede ciclável funcional que ligue as várias freguesias do concelho e que permita o acesso às praias e a pontos mais turísticos do município.

Com a entrada em vigor do PART, muitos foram aqueles que passaram a considerar os transportes públicos como uma efectiva alternativa nas suas deslocações. É inquestionável o mérito deste programa, como inquestionável é também agora a necessidade de exigir um maior investimento no material circulante, seja ele fluvial, rodoviário ou ferroviário e um reforço das carreiras, nomeadamente as mais flexíveis, as rodoviárias, com especial enfoque em zonas mais carenciadas como o são a Charneca e a Costa da Caparica, há muito reféns do monopólio dos Transportes Sul do Tejo, a operar num total regime de impunidade, seja pela péssima qualidade dos seus autocarros, seja pelas constantes falhas de carreiras.



Recuperamos a exigência de que as duas cidades do nosso Concelho estejam ligadas pelo metro de superfície, obra que permitiria a dezenas de milhar de pessoas o acesso mais rápido aos diversos operadores disponíveis, num significativo incremento da sua qualidade de vida, de um ganho de tempo para o convívio familiar e para a realização pessoal.

No domínio do transporte ferroviário, é também premente que se exija a abertura de uma segunda estação ferroviária no Concelho de Almada, nomeadamente em Vale Flores.

Morar no Concelho de Almada não pode, como começa a ser, fator de diferenciação negativa para quem procura emprego a Norte do Tejo.

Nas áreas do ambiente, espaço público, espaços verdes e sustentabilidade, gostaríamos de destacar algumas medidas positivas que estão propostas para 2020, nomeadamente a expansão do sistema de recolha de Porta a Porta e a implementação de projetos piloto *“pay as you throw”* que promovem a separação dos resíduos na origem e aumentam as taxas de recolha seletiva, atribuindo maior responsabilidade individual aos cidadãos almadenses, numa ótica convergente para o princípio do poluidor-pagador a qual, dissuadindo comportamentos egoístas e irresponsáveis, se afigura conjuntamente com as ações de sensibilização, como a forma mais prática de acautelar o superior interesse coletivo da comunidade almadense.

Destacamos também o desenvolvimento do Regulamento do Arvoredo Urbano, sequência de uma recomendação por nós apresentada nesta Assembleia em junho de 2018, que vem estabelecer uma política orientadora da gestão e preservação do património arbóreo do concelho.

Saudar a erradicação da utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato a partir de 1 de janeiro de 2020, conforme resposta obtida ao nosso requerimento e uma ambição antiga do PAN, uma das nossas propostas eleitorais em 2017 para o município de Almada. Mais vale tarde que nunca naquela que sempre foi e será para o PAN uma questão de saúde pública.

Saudamos igualmente a informação transmitida de que será dado seguimento, já em 2020, à recomendação aqui aprovada no que se refere à abertura da categoria *“Cozinha Vegetariana”*, assim como do prémio para o *“Melhor Prato Vegetariano”*, no Concurso Gastronómico *“Sabores de Almada”*, sintoma da abertura da nossa cultura Gastronómica a novas e mais sustentáveis práticas, lacuna tantas vezes identificada por aqueles que nos visitam, vindos de paragens onde a cozinha vegetariana tem, há décadas, uma profunda implantação.

Não obstante, continua por materializar a criação de uma campanha de sensibilização da população almadense para os impactes ambientais causados pelo excessivo consumo de carne e de peixe e para a necessidade de criação de hábitos alimentares baseados em alternativas sustentáveis, em linha com as conclusões do estudo científico independente sobre a pegada ecológica de Almada, em boa hora elaborado pela Zero.

O Concelho de Almada está na linha da frente no que a consequências das alterações climáticas diz respeito e deve, em coerência, ser também pioneiro no exemplo do combate às mesmas. Consideramos que o estado de emergência climática declarado pelo Parlamento Europeu, tem de se traduzir em medidas concretas e mais ambiciosas no combate às alterações climáticas e que tenham um resultado prático e mensurável. Os municípios terão um papel fundamental na construção de sociedades mais informadas, com estilos de vida mais sustentáveis. Pouco ou nada fazer porque os outros não fazem é o argumento supremo do laxismo, da incompetência e da irresponsabilidade.

Como corolário das nossas considerações, anunciamos que votaremos favoravelmente as propostas apresentados. Contudo, decorrido metade do mandato deste executivo, elevamos para 2020 a nossa expectativa relativamente às preocupações que nos últimos minutos aqui elencámos, em total alinhamento com o programa eleitoral com que nos apresentámos a sufrágio em 2017, deixando desde já em aberto, para a discussão do próximo orçamento, uma posição diferente da que agora assumimos.”

6.1.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Em relação a este ponto iremos deixar aqui algumas notas até para deixar bem claro o nosso sentido de voto.

11



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Bloco de Esquerda expressou sempre de forma inequívoca desde o primeiro momento a sua total e absoluta disponibilidade para dar o seu contributo a todos os orçamentos apresentados por este executivo. Aqui chegados, já no final de 2019, o que verificamos é que o executivo desta autarquia, persiste nesta postura de isolamento, de total falta de vontade e capacidade para o diálogo.

Dito isto, esclarecer já agora, que só é possível a existência de benefício da dúvida quando há espaço para dúvidas, o que simplesmente não aconteceu. Nem espaço nem tempo para dúvidas.

Apesar do Bloco de Esquerda ter recebido a convocatória para a reunião ao abrigo do estatuto de direito de oposição, a verdade é que a mesma foi feita apenas na semana anterior à realização da reunião de Câmara Municipal de Almada, (para apresentação e votação do orçamento) ora isto é sintomático, claramente indicador da evidente falta de diálogo e da enorme arrogância na tomada de decisões da parte dos responsáveis pela governação desta autarquia.

Um executivo que não negoceia à esquerda, não governa à esquerda, não pode de forma alguma esperar o voto favorável da esquerda. Este orçamento foi negociado sim, mas à direita com o PSD e isso é claríssimo.

Sobre os temas de extrema importância mais urgentes para o Bloco de Esquerda, verificamos uma evidente falta de estratégia na habitação em Almada por parte da Câmara Municipal.

As grandes políticas com maior impacto no Município foram decididas pelo Governo, diga-se em abono da verdade que, obviamente a Câmara Municipal terá dado o seu contributo, mas a iniciativa não é apenas e, seguramente, não é maioritariamente, da Câmara Municipal.

Os protocolos que a Câmara Municipal assinou com o IRHU, Almada Poente, para além de não terem sido acompanhados pelo grupo de habitação que foi aprovado há quase um ano e que reuniu apenas uma vez, apesar de apresentados e aprovados, foram parcos em respostas concretas.

Aliás, na realidade, continuam sem resposta muitas das questões levantadas sobre esta matéria - que população é que vai servir? Com que regras? A Câmara Municipal de Almada "vai desemparedar e reabilitar habitação municipal já existente, isso vai libertar quantos fogos? Como é que se controla o aumento das rendas em Almada? Qual é o controlo sobre o alojamento local? Vai haver um regulamento de alojamento local? Uma estratégia local de habitação tem de forçosamente responder a estas questões.

Uma outra questão, um outro exemplo, é a política dos transportes. Foi o Governo que determinou a criação da Carris Metropolitana e baixou o preço dos passes, a Câmara Municipal de Almada, apoiou e bem esta medida, mas pouco mais fez. E o que fez, fez sozinha sem auscultar ninguém. Delineando uma rede de linhas de transporte rodoviário que enviou para a Autoridade Metropolitana de Transportes, mas que decidiu sozinha.

Isto vem comprovar de forma mais que evidente falta de preocupação e de interesse em contar com a participação de todos. Naturalmente que a falta de conhecimento sobre todas estas linhas, impossibilitam desde logo todo e qualquer contributo.

Uma outra questão que nos suscita enorme preocupação é a concessão da confeção das refeições nas escolas a privados.

A Câmara irá disponibilizar uma verba na ordem dos 3 milhões de euros a empresas concessionárias de refeitórios, que revelam não só uma prática de baixos salários, mas também má qualidade nas refeições que são servidas a estas crianças.

A precariedade é prática recorrente e o voto contra uma proposta que o Bloco de Esquerda apresentou para ser incluída uma cláusula anti precariedade nestes protocolos entre a Câmara Municipal de Almada e os privados, é claramente a confirmação da falta de preocupação por parte deste executivo.

Por todas as razões elencadas e por apresentar um orçamento sem novidade, aliás, palavras proferidas pela Senhora Presidente de Câmara, é um orçamento de continuidade, o Bloco de Esquerda continuará a votar contra as Opções do Plano e Orçamento para o Município de Almada."

6.1.5 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

O Partido Socialista quer começar por congratular a Câmara Municipal por apresentar um Orçamento, que é o maior Orçamento inicial de sempre, que um executivo municipal em Almada apresenta. De facto, são 109.000.000.00€ (cento e nove milhões de euros) que corresponde a um aumento de 19.000.000.00€ (dezanove milhões de euros) face ao ano passado, e, de facto, este aumento da despesa representa ambição, representa que esta é uma Câmara Municipal que quer fazer mais e que sabe que Almada pode ter melhores resultados para os seus munícipes.

De facto, queremos também saudar neste contexto do Orçamento, que este é também um Orçamento muito importante porque, pela primeira vez, as despesas estão todas planeadas e estão todas expostas nas Opções do Plano. Não existem despesas que não têm plano. Isso é um facto muito relevante, porque como se diz muitas vezes na gíria popular o exemplo tem que vir de cima. Esperemos que este seja um exemplo, que é um bom exemplo, para as Juntas de Freguesia deste Concelho, para que de facto, passem a existir Opções do Plano e Orçamentos, que estejam em sintonia e que não haja despesas pouco claras.

Indo às grandes áreas de investimento, queremos saudar que duplicou o investimento em infraestruturas e obras municipais face ao ano passado e também o aumento expressivo de cerca de 20% nas políticas sociais. Mostra que esta Câmara Municipal está comprometida com as políticas da educação e juventude, desporto e cultura, mas, em particular as da habitação. E aqui queremos de facto, assinalar que, nota-se por este Orçamento, que são uma prioridade deste executivo as políticas de habitação, principalmente porque estão dirigidas aos programas que visam dar resposta à carência de habitação neste Concelho, nomeadamente, o Programa 1º Direito, mas também, o Programa Municipal HabitAlmada, sem esquecer que uma das prioridades deste executivo, finalmente, é a reabilitação dos fogos municipais que estão degradados pelo Concelho.

Indo um pouco também, àquilo que é o espaço público, queremos frisar que este é mais um Orçamento que aposta na melhoria do espaço público e aqui estamos a falar sobretudo, de mais investimento na higiene e limpeza, um aumento de cerca de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) face ao ano passado, e aqui queremos assinalar que obviamente Almada está mais limpa, é preciso mais meios e mais equipamentos e este ano que acaba agora, é um ano exemplar disso, ainda agora em novembro, de acordo com a sua informação, foram entregues mais oito viaturas de recolha de resíduos, e ainda é expectável que no próximo ano sejam entregues mais um conjunto de outros equipamentos e de facto, isso mostra também o compromisso que a Câmara Municipal teve desde o início do seu mandato com os almadenses, de que, Almada não podia continuar como estava e que de facto era inevitável haver uma renovação dos meios e dos equipamentos que já estavam bastante obsoletos ao fim de muitos anos.

No que toca à mobilidade, queremos também assinalar que, este Orçamento também apresenta um esforço relevante. Neste aspeto é notável que estão programadas várias obras de reparação e de repavimentação de ruas e na requalificação de vários espaços emblemáticos do nosso Concelho. Isso também já foi visível neste ano. No próximo ano esperemos, conforme está assinalado nas Opções do Plano, que possamos ter renovados o Largo de Cacilhas, o Eixo Central e também o acesso às praias da Costa da Caparica.

E, portanto, da parte do Partido Socialista estes são os principais pontos que gostaríamos de assinalar nesta proposta das Grandes Opções do Plano.”

6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Ontem tivemos nesta Sessão o autoelogio por parte da maioria da Câmara Municipal e das forças políticas que a suportam. Hoje exercendo o nosso legítimo direito ao contraditório, vamos procurar demonstrar a esta Assembleia Municipal e aos nossos munícipes que aqui e em casa assistem a esta Sessão, como a nossa realidade local é muito diferente daquilo que aqui apregoaram.

Ninguém duvida que as Opções do Plano e Orçamento são um documento estratégico fundamental da atividade municipal. Ele deve dar-nos a conhecer as atividades e os projetos de investimento que a Câmara Municipal está

11



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a desenvolver e o programa para o próximo ano e seguintes, ele deve dizer-nos qual a política fiscal que o Município vai prosseguir, bem como as restantes políticas públicas e as implicações daí decorrentes.

Com ele deverá ser possível avaliar com algum rigor a execução de todo o trabalho desenvolvido até ao último mês do ano corrente, comparando-o com o previsto no Plano e Orçamento. Este é um exercício tanto mais importante, quando ultrapassamos metade do atual mandato, o qual é marcado por uma mudança de ciclo governativo em Almada.

O PS governa o concelho com o apoio do PSD na Câmara Municipal, a que junta o apoio permanente do CDS na Assembleia Municipal.

As duas discussões anteriores das Opções do Plano e Orçamento apresentados pela atual maioria respetivamente para 2018 e 2019, bem como a execução dos respetivos orçamentos permitem-nos concluir que entre aquilo que foi prometido em campanha eleitoral pelo PS, aquilo que tem sido prometido nesses documentos e aquilo que foi executado vai uma diferença abismal.

Temo-lo denunciado em vários momentos, nunca os níveis de execução das opções do plano e orçamento foram tão baixos como nestes dois últimos anos apesar das sucessivas revisões em baixa e nunca tantas atividades propagandeadas nas opções do plano como inovadoras e distintivas de uma gestão diferente, dita aliás como democrática e participativa, não passaram afinal do papel.

Ontem, surpreendentemente ou talvez não, tivemos a Presidente da Câmara a referir um nível de execução do Plano de Atividade e Orçamento, que quem nos está a ouvir dirá: aqui há gato! Alguém está a mentir! Não é possível sobre o mesmo assunto uns afirmarem uma coisa e outros, o seu contrário!

Ora vejamos, a Senhora Presidente disse ontem aqui textualmente e cito: “à data de hoje a nossa taxa de execução que reflete todos os projetos já concluídos é de 70%”. Pois bem Senhora Presidente, se tenho dificuldade em perceber esse regozijo com um nível de execução que significa na prática, a não execução de mais de um quarto dos projetos, imagine o que penso quando olho para a informação sobre a Atividade Municipal, distribuída salvo erro no final da semana passada, e vejo que afinal essa taxa de execução é de apenas 56,6%, (pág. 18 do quadro de Execução das Grandes Opções do Plano). Isto é, entrados já no último mês do ano, este executivo não fez quase metade daquilo que prometeu executar nas Grandes Opções do Plano. Portanto, se o cenário que a Senhora Presidente de Câmara aqui pintou ontem e de que parecia regozijar-se já demonstrava a inoperância desta maioria, que dizer da realidade que é ainda muito pior?

Sem ser exaustivo, vejamos alguns exemplos de atividades propostas nestes últimos dois anos nas Opções do Plano e Orçamento e que muito pouco ou nada avançaram e justificam em parte, níveis tão baixos de execução:

Programa 1º Direito, o chamado direito à habitação, criaram em 2019 uma nova ação e dotaram-na de 600.000.00€ (seiscentos mil euros). Não gastaram até agora um cêntimo;

Criação de Espaços Comunitários ação dotada em 2018 com 175.000.00€ (cento e setenta e cinco mil euros), mas gastaram apenas 125.00€ (cento e vinte e cinco euros). No corrente ano esta ação foi novamente dotada com 260.000.00€ (duzentos e sessenta mil euros), mas até agora não foi ainda pago um cêntimo;

Bairros Camarários/Opções Participativas, em 2018 estavam previstos gastar-se 80.000.00€ (oitenta mil euros), nem um cêntimo se gastou, para 2019 no Orçamento inicial da Câmara Municipal ainda estavam 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros), mas logo na 1ª revisão caíram e nem um cêntimo se vai gastar;

Orçamentos Participativos em 2018, estavam previstos gastar-se 450.000.00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), nem um cêntimo se gastou, para 2019 previu-se gastar 290.000.00€ (duzentos e noventa mil euros) e também não se gastou até agora um cêntimo;

Plano Municipal de Emergência Social e Erradicação da Pobreza, no início de 2019 tinha uma dotação de 200.000.00€ (duzentos mil euros), ao longo do ano foi objeto de revisão orçamental e baixou para 75.000.00€ (setenta e cinco mil euros) e até agora não se gastou um cêntimo;

Núcleo de Planeamento e Intervenção dos sem Abrigo, ação criada em 2019 tem 22 500.00€ (vinte e dois mil e quinhentos euros), gastou-se 620€ (seiscentos e vinte euros);



Plano Integrado de Envelhecimento Ativo, ação que tem uma dotação de 76.000.00€ (setenta e seis mil euros) e gastou-se cerca de 5.400.00€ (cinco mil e quatrocentos euros);

Idade+ Programa de Promoção de Envelhecimento Ativo, ação que tem em 2019 5.000.00€ (cinco mil euros) e não gastou-se até agora um cêntimo;

Cuidar de quem cuida tem uma dotação atual de 50.750.00€ (cinquenta mil setecentos e cinquenta mil euros) e gastou-se até agora 551.00€ (quinhentos e cinquenta e um euro);

Plano Municipal de Integração de Migrantes, ação dotada de 51.290.00€ (cinquenta e um mil, duzentos e noventa euros) para 2019, gastou-se 9.682.00 (nove mil, seiscentos e oitenta e dois euros);

Farmácias Sociais ação dotada em 2019 com 10.000.00€ (dez mil euros), não se gastou até agora um cêntimo;

Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar ação dotada em 2019 com 14.000.00€ (catorze mil euros), não se gastou até agora um cêntimo;

Medidas complementares de apoio ao realojamento ação dotada de 55.000.00€ (cinquenta mil euros) para 2019, gastou-se 255.00€ (duzentos e cinquenta e cinco euros); percebe-se neste caso, não havendo realojamentos não pode haver medidas complementares!

Conservação e manutenção de cemitérios municipais ação dotada em 2018 com 40.000.00€ (quarenta mil euros), mas apenas foram gastos 6.000.00€ (seis mil euros). Em 2019 a dotação subiu para 111.700.00€ (cento e onze mil e setecentos euros), mas foram pagos apenas 24.000.00€ (vinte e quatro mil euros);

Construção de ossários, em 2019 esta ação está dotada de 62.000.00€ (sessenta e dois mil euros), mas até agora apenas foram gastos 732.00€ (setecentos e trinta e dois euros).

Equipamentos para instalações culturais, ação dotada em 2019, com 40.000.00€ (quarenta mil euros), apenas se gastaram 2.800.00€ (dois mil e oitocentos euros);

Direitos sociais Inclusão e Igualdade a dotação inicial em 2019 era de 27.000.00€ (vinte e sete mil euros), numa das revisões orçamentais baixou para 5.000.00€ (cinco mil euros), mas não se pagou ainda um cêntimo;

Plano de Prevenção Contra a Violência Doméstica e de Género esta ação tem uma dotação de 32.100.00€ (trinta e dois mil e cem euros) não se gastou ainda um cêntimo;

Intervenção junto das Comunidades, ação dotada com 25.500.00€ (vinte e cinco mil e quinhentos euros) em 2019 e não se pagou ainda um cêntimo;

Intervenção no apoio à Família e na Deficiência, ação dotada com 99.720.00€ (noventa e nove mil e setecentos e vinte euros) em 2019, mas em que se gastaram apenas 21.000.00€ (vinte e um mil euros).

Os mais distraídos percebem agora porque razão a CDU fala em retrocesso em Almada, com o PS na Câmara Municipal.

E muito mais poderia acrescentar de ações incluídas nas Opções do Plano e Orçamento, por este executivo municipal do PS, cuja execução foi baixa ou muito baixa nestes dois anos do seu mandato, mas que ficam bem nas suas Opções do Plano. Como se costuma dizer estão lá apenas para compor o ramalhete porque na prática pouco ou nada se faz. É lamentável que tudo isto aconteça porque o que a Câmara de Almada está a fazer é instrumentalizar problemas da nossa sociedade, nalguns casos chegando a colocar alguns outdoors pelo nosso Concelho e pouco mais. As nossas populações merecem mais respeito e têm naturalmente que ser alertadas para esta perfeita encenação.

Eles prometeram muito em campanha eleitoral, prometem muito hoje, mas pouco fizeram, pouco fazem e pouco irão fazer no futuro, no sentido da resolução dos verdadeiros problemas da nossa população, sejam eles problemas de carácter social, em particular de habitação, saúde e educação ou de outro carácter, associativo, cultural e até mesmo económico.

O exercício público de balanço de dois anos deste mandato autárquico que há alguns dias a atual maioria fez, é bem elucidativo daquilo que os norteia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Apelidam esse balanço de meio do mandato de “Um Presente com Futuro”, mas é muito mais adequado chamá-lo, “Um Presente sem Futuro”.

Sabem que têm muito pouco para apresentar de trabalho feito e, metade do mandato já se foi, mas continuam a apostar na propaganda, esperando que a população esqueça o que prometeram e que ande distraída em relação há aquilo que acontece e não acontece no Concelho.

A desfaçatez é tanta, que chegam a apresentar nesse dito balanço, imagens virtuais da Ex Estrada Nacional 377 já requalificada.

Dirão em sua defesa que neste caso o que pretendem mostrar é como vai ficar bonita esta via estruturante da Charneca de Caparica, após as obras de requalificação, que outros irão fazer por eles no que resta do mandato, quando sabem muito bem que se algo se fizer nesse período, será muito diferente daquilo que mostraram neste filme de propaganda. Tanto mais que mandaram fora o projeto que está feito na Câmara Municipal e incluía o enterramento de todas as infraestruturas aéreas de eletricidade e telecomunicações e a construção de uma ciclovia e por isso vai permanecer aéreo todo aquele estendal de cabos. E desta forma uma verdadeira obra de requalificação daquela via será substituída por uma rega asfáltica, um arranjo de passeios aqui e ali e pouco mais.

Era muito cara a execução do projeto que a CDU tinha para aquela via e que a requalificava verdadeiramente, dizem eles. Mas reparem, só a receita de impostos arrecada pela Câmara Municipal no 1º ano deste mandato PS, em 2018, cresceu 7.300.000.00€ (sete milhões e trezentos mil euros) em relação a 2017, o que dava para pagar a obra e ainda sobrava dinheiro. Assim houvesse vontade para o fazer, mas não houve, nem há.

Em dois anos, 2018 e 2019, prometeram investir cerca de 43.000.000.00€ (quarenta e três milhões de euros) e na melhor das hipóteses investiram em dois anos o equivalente àquilo que a CDU investia em cada ano, baixando o nível de investimentos dos anteriores mandatos que era de cerca de 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros) ano para cerca de pouco mais de 9.000.000.00€ (nove milhões de euros).

Vale a pena sobre esta matéria verificar que no último anuário financeiro dos municípios referente a 2018, quadro R28, pág.129, o Município de Almada é hoje o 32º Município do país ao nível do investimento executado, quando anteriormente se situava quase sempre nos dez primeiros a nível nacional. Até Municípios de dimensão média a nível nacional, como Aveiro, Loulé, Covilhã, Mafra, Viana do Castelo, Albufeira, Póvoa do Varzim, Castelo Branco, Figueira da Foz, Santo Tirso, Pombal e Penafiel ultrapassaram neste ano Almada no volume de investimento realizado. E o pior é que se isto aconteceu em 2018, 1º ano do mandato PS em Almada, no corrente ano de 2019 a situação vai repetir-se, já que o nível de investimento se mantém muito baixo e aquém das necessidades do nosso Concelho.

Prometeram investir quase 3.000.000.00€ (três milhões de euros) em habitação nestes dois anos e gastaram apenas 27% deste valor, dizem que aprovaram estratégias, acordos de cooperação com o IHRU, programas e regulamentos, mas as centenas de famílias que vivem nas Terras da Costa e no 2º Torrão e em outros bairros degradados e a quem prometeram realojamento neste mandato sabem bem que essa promessa não será cumprida. Talvez nos possam informar hoje quantos realojamentos fizeram já destes e doutros núcleos nestes dois anos de mandato.

No tal balanço de meio mandato, o nível de propaganda é tal que chegam ao ponto de afirmarem que nestes dois anos investiram 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) na rede viária, vale a pena darem-se ao trabalho de verificarem a execução do investimento em infraestruturas rodoviárias e em ordenamento e circulação viária para perceberem como a ânsia de apresentarem obra é tal que multiplicaram por 6 o verdadeiro valor do investimento, investiram apenas 1.000.000.00€ (um milhão de euros) em rede viária e até consideraram neste valor o aumento de capital da empresa de estacionamento municipal (WEMOB) no valor de 900.000.00€ (novecentos mil euros). É preciso construírem muito mais rotundas do que aqueles que estão a construir para atingirem tal volume de investimento.

É ainda esta mesma ânsia que os faz contabilizar como obra sua, investimentos feitos pela Administração Central no nosso Concelho nestes dois últimos anos. Afinal o Governo é da mesma cor e por isso tudo pode ser somado a seu favor, pensam eles.



É com este pano de fundo que o atual executivo municipal da responsabilidade do PS apresentou a esta Assembleia Municipal as Opções do Plano e Orçamento para 2020.

Preocupado com o muito pouco que tem feito, bem visível na leitura das anteriores Opções do Plano e Orçamento e, com o tempo a fugir-lhe debaixo dos pés, o PS decidiu desta vez construir um documento que é uma espécie versão sintética de bolso, na pior aceção da palavra, desrespeitando a legislação em vigor sobre esta matéria e atropelando o respeito pelas regras democráticas mais básicas na transparência e respeito pelos órgãos autárquicos e pelos eleitos municipais.

Se a Lei diz que “as Grandes Opções do Plano é o documento previsional onde se encontram definidas as linhas de desenvolvimento estratégicas da autarquia local e inclui o plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes da gestão autárquica. Que o plano plurianual de investimentos tem um horizonte móvel de quatro anos e inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local, explicitando ainda a respetiva previsão de despesa. E que nele deverão ser discriminados os projetos e ações que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos”, acabei de citar, a Câmara de Almada mandou neste ano tudo isso às malvas e em meia dúzia de páginas definiu os objetivos, destacou algumas atividades e não estabeleceu qualquer relação entre eles e as despesas de investimento que aparecem discriminadas nas Grandes Opções do Plano, no PAM e no PPI.

Não há memória em Almada de tamanha opacidade e desrespeito pelos órgãos municipais como com a apresentação deste documento.

O Deputado Municipal que quiser com rigor no final do próximo ano avaliar até que ponto os objetivos estratégicos desta Câmara Municipal para 2020, desagregados por projetos e ações, não vai poder fazê-lo. Nada aparece quantificado e se ao longo deste mandato eram já vários os sinais dessa opacidade, com este documento concretiza-se finalmente.

À opacidade nas grandes opções do plano adicionam-se no Orçamento para 2020 da Câmara de Almada as mesmas linhas condutoras em termos fiscais dos dois orçamentos anteriores.

Depois de ao longo dos últimos 4 anos do mandato da CDU, ter sido aprovada a redução da taxa do IMI de 0,4% para 0,36% para todos as cerca de 47 mil famílias com habitação própria permanente neste Concelho, o que significou uma redução global do IMI arrecadado neste período de pouco mais de três milhões e trezentos mil euros (grosso modo oitocentos e trinta mil euros/ano), o PS com o apoio do PSD e do CDS, interrompe nestes três anos de 2018, 2019 e 2020 a redução da taxa do IMI mantendo-a em 0,36%.

Ainda não suficientemente satisfeito com a medida tomada e com a injustiça fiscal que essa medida encerra, decidiram em cada um destes dois anos reduzir em 70.00€ (setenta euros) o IMI apenas para as famílias com três ou mais dependentes.

Ou seja, em vez de reduzir o IMI para todas as famílias a viverem em habitação própria permanente, privilegiaram os casais com três ou mais dependentes, como se estes casais fossem aqueles que apresentam maiores dificuldades financeiras, o que na esmagadora maioria dos casos não corresponde à verdade.

Todos aqueles que se viram obrigados a adquirir casa própria para poderem viver no Concelho, não entendem a razão porque este imposto que incide sobre a sua habitação própria, não é reduzido, podendo o Município fazê-lo.

Para termos uma ideia da dimensão da receita de IMI em Almada, refira-se que se estima possa atingir no próximo ano os 30.700.000.00€ (trinta milhões e setecentos mil euros), ou seja 32% das receitas correntes. Almada é hoje o 12º Município do país em receita arrecada anualmente com o IMI e a sua redução dos atuais 0,36% para 0,35%, representaria uma redução desta receita de apenas 2,6%.

Como se tudo isto não bastasse o PS aprovou pelo segundo ano consecutivo e com o apoio do PSD e CDS a devolução às famílias que no Concelho pagam IRS, de parte dos 5% desse IRS que o Governo entrega ao Município.

12



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Votámos contra esta proposta porque ela ao mesmo tempo que retira ao município cerca de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) de receitas que ele poderia e deveria utilizar na melhoria de equipamentos educativos, culturais, sociais e infraestruturas da sua responsabilidade e de que todos cidadãos do nosso Concelho, em particular os mais desfavorecidos beneficiariam, vai devolver umas dezenas de euros em média às famílias que no Concelho possuem rendimentos mais elevados.

Não nos podemos esquecer que só recebem esta devolução de 1% dos 5% do IRS que é entregue ao Município, as famílias que pagaram IRS e mais de 50% das famílias no nosso país e certamente também no nosso Concelho têm tão baixos rendimentos que não chegam a pagar este imposto.

Em síntese com o PS na Câmara Municipal de Almada e com o apoio do PSD e do CDS, a política fiscal municipal prosseguida nestes três anos aumenta a desigualdade social no Concelho, já que o IMI baixa apenas para os senhorios e para as famílias com 3 ou mais dependentes e vai devolver-se uma pequena parte do IRS entregue ao Município, às famílias com mais elevados rendimentos.

É lamentável e definidor dos princípios que norteiam o atual executivo a afirmação que ontem a Senhora Presidente de Câmara aqui fez dos princípios fundamentais da sua política redistributiva: “Se temos mais receita devemos canalizá-la para o Município e para os almadenses”. Já todos percebemos quem são esses almadenses!!

Percebe-se agora a dimensão do retrocesso que estamos a viver no nosso Concelho, com o PS na Câmara Municipal de Almada. Um verdadeiro desastre!

Dois anos depois de o PS ter chegado à Câmara Municipal de Almada são já visíveis os resultados dessa mudança.

De um Concelho que com a CDU sempre pugnou pela autonomia do Poder Local e que manteve com os vários governos do país, uma relação franca e leal, mas em que a autonomia do município nunca era beliscada, o Concelho de Almada, com o PS no poder, está hoje transformado num apêndice de Lisboa, num serviço desconcentrado do Governo, num Concelho que cada vez mais vira às costas à margem sul do Tejo e se lança nos braços da capital.

Muitas foram as promessas que o PS fez pelo Concelho antes das últimas eleições autárquicas e que não deixaram certamente de ter influência nos resultados eleitorais.

Querem fazer-nos esquecer todas essas promessas que fizeram, mas nós cá estaremos sempre para o lembrar e simultaneamente mostrar que existe um caminho alternativo que serviu e serve muito melhor os interesses de todos os Almadenses.

Cada vez mais ganha atualidade um conto que muitos de nós em criança ouvimos e lemos. Um conto atual porque a ignorância e a permanente tentativa de fazer dos outros seres passivos e pouco inteligentes são características que cruzam certos comportamentos humanos e caracterizam bem este executivo.

Esse conto que se chama “o rei vai nu” é um conto moral onde a inocência das crianças desmonta este mundo de aparências, de realidades virtuais onde nos querem fazer viver.

Importa salientar aqui que, quer queiram quer não, os senhores destes pequenos mundos, com é este o nosso, o nosso munícipe por mais humilde que seja, ouve, vê, sente e mais cedo ou mais tarde perceberá o que o cerca e quem melhor defende os seus verdadeiros interesses.”

6.1.7 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Como já foi aqui referido ao longo desta Sessão da Assembleia Municipal por várias vezes, cumprem-se nesta altura dois anos de mandato. Cumpre-nos também falar um pouco do que tem sido o trabalho do PSD ao longo destes dois anos, agora a propósito da nossa discussão sobre o Orçamento para o ano de 2020. O PSD, está a cumprir compromissos com que foi eleito, pese embora as limitações inerentes a quem não tem a maioria do poder executivo.



Destacamos, como também já foi aqui referido, a redução do IRS efetivamente pago pelos almadenses, como uma medida positiva e em linha do que eram os nossos compromissos. Ainda que não tenhamos conseguido concretizar uma outra intenção nossa, de descida do IMI que também fazia parte daquilo que queríamos fazer e em que temos insistido, ano após ano. Aliás, entendemos que, analisando a proposta de orçamento para este ano, que havia margem neste Orçamento de 2020, para começar já a concretizar este movimento.

Os nossos Vereadores têm feito um trabalho de grande qualidade, e assente em quatro eixos fundamentais.

Desde logo o maior respeito pelos trabalhadores do Município em particular nas áreas que estão sob a sua responsabilidade, nomeadamente, e apenas para dar um exemplo, a remodelação de instalações e a criação de condições de trabalho dignas, como não era o caso em vários dos pontos quando tomaram posse neste executivo.

Uma maior proximidade com os almadenses, os nossos Vereadores estão sempre disponíveis quando são abordados, quer para procurar resolver diretamente as questões que lhes são colocadas, quer para encaminhar para quem dentro da Câmara Municipal possa fazer esse serviço que tenha essa responsabilidade.

Na requalificação do espaço público, e destacamos o caso dos parques infantis, por exemplo, quer naquilo que são intervenções já feitas ou aquelas que estão planeadas para os próximos dois anos, nos parques urbanos, que têm hoje melhor qualidade e mais segurança para os utilizadores, na requalificação de espaços verdes, na rede viária, onde sim, houve investimentos importantes de reparação e construção de pavimentos, de sinalização horizontal e vertical, da reformulação e construção de rotundas que melhoram e tornam mais segura a circulação rodoviária, na regularização dos acessos às praias que é também algo muito importante no nosso Concelho como sabemos.

Sabemos que vai arrancar finalmente e já foi aqui referido nesta reunião, a requalificação da Avenida do Mar, que é sem dúvida uma obra estruturante e da maior importância.

Também tem aqui sido amplamente referida, a renovação da frota municipal, com a aquisição de dez viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos ou aquilo a que nós todos vulgarmente todos chamamos, camiões do lixo, que é disso que andamos aqui a falar já há vários dias. Vários novos camiões do lixo que são de facto fundamentais para conseguir uma cidade, um Concelho, mais limpo e com melhores condições de vida.

Temos também para destacar a melhoria das condições do Serviço Veterinário Municipal, uma nova estratégia de promoção do bem-estar animal, e a criação da figura do Provedor do Animal. E estes são apenas alguns exemplos do trabalho que tem sido feito pelo executivo municipal naturalmente, mas mais diretamente pelos dois Vereadores do PSD.

No que diz respeito às Opções do Plano e Orçamento para 2020, que hoje aqui discutimos, de facto, permitem a continuação deste trabalho, é naturalmente um Orçamento de continuidade, estamos a meio do mandato, e permitem o desenvolvimento de projetos e de investimentos que são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida no Concelho de Almada.

É um Orçamento equilibrado nas suas opções, que permite ainda assim, alguma redução dos impostos, ainda que como já referi, fica aquém daquilo que era a pretensão do PSD.

Ao mesmo tempo estão previstos investimentos importantes, como também já foi amplamente aqui referido, nos espaços públicos, nas muito importantes áreas das políticas sociais, em particular nas necessárias soluções para o problema da habitação, incluindo a reabilitação da habitação social. Esse é um tema que nós temos aqui discutido com frequência, que constitui ainda um flagelo muito significativo no Concelho de Almada e que toda a atenção que se puder dar é seguramente ainda pouca para resolver o problema, mas é importante que sejam dados passos significativos para ultrapassar os problemas que existem.

Por último, uma nota no que diz respeito aos SMAS, destacamos o processo de recuperação de dívidas que está em curso e que tem permitido em primeiro lugar, repor a equidade e a justiça, na medida em que não é justo que quem pode pagar os serviços de água e saneamento não os pague como acontecia no passado, porque é muito importante a recuperação desses valores para que se faça o investimento estrutural na rede que como também até hoje foi aqui dito pelo Senhor Deputado Municipal da CDU, é uma rede antiga, que tem problemas

72



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

graves de urgente intervenção, é preciso resolver os problemas de perdas de água, melhorar a qualidade do serviço prestado, para poder fazer esse investimento, é também muito importante que se recuperem as dívidas.

Mas não podemos deixar de referir que esta estratégia que está a ser posta em prática para recuperação das dívidas não deixou ninguém, nenhuma família que não tenha condições para pagar, sem acesso à água. E é muito importante referir isso, porque estamos a falar de justiça e equidade, não há ninguém que tenha ficado sem água porque não pode pagar. O que não pode é haver muita gente com condições para pagar e que na prática vivia à conta dos restantes munícipes que honravam os seus compromissos e pagavam as suas contas.

Por último, também referir a questão importante naquilo que é o Orçamento dos SMAS, na requalificação e valorização dos trabalhadores, porque são os trabalhadores que de facto fazem as organizações e é importante investir neles, mas também a questão dos projetos ambientais e das certificações de qualidade que continuarão a assegurar que o Município de Almada tem uma água de qualidade como aquela que aliás, nós bebemos aqui sempre durante as nossas reuniões.”

6.1.8 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Muito me espanta algumas intervenções que aqui são feitas e eu sei que por vezes é importante e nem sempre temos tempo para isso, mas é muito importante podermos articular devidamente uma intervenção e para aqueles que são um pouco mais experientes no que respeita a análise de números, é muito fácil ludibriar aquilo que é a realidade. E o que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço aqui fez, foi exatamente isso. O que o Senhor Deputado Municipal fez aqui hoje, não é mentira, mas o que a Senhora Presidente de Câmara disse aqui ontem, também não o é. Aquilo que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço não disse, é que o Orçamento da Câmara Municipal não é composto somente pelo Orçamento das Grandes Opções do Plano. E, portanto, o facto de, à data de ontem, o Orçamento deste ano ter uma execução de 70%, é uma realidade, e aliás, naquilo que foi o Relatório da Atividade trimestral que ontem aqui discutimos e sobre o qual o Senhor Deputado Municipal não quis falar é exatamente aquilo que aqui está, a execução global à data do Relatório, que foi até novembro, é 66%. O Senhor Deputado Municipal pode estar a dizer que não as vezes que quiser, os documentos são públicos, podem ser vistos. E, de facto, também nesse mesmo documento está a execução das Grandes Opções do Plano que é de 56%. Só que as Grandes Opções do Plano não são a totalidade do Orçamento desta Câmara Municipal. E porquê? Porque efetivamente o Orçamento desta Câmara Municipal está construído de tal forma, que permite este tipo de análises, que dá para o gosto de cada um. Mas o que aqui nós estamos a falar, é da realidade, nós aqui o que estamos a falar é da realidade, e a execução e o grau de execução que aqui está, é muito semelhante, e até o nível de Orçamento que faz parte das Grandes Opções do Plano, é em muito semelhante aquilo que era nos outros mandatos. E o Partido Socialista nunca em momento algum, nesta Assembleia Municipal ou na Câmara Municipal, teve a desonestidade de tratar os números desta maneira. E, portanto, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, optou por hoje vir cá falar de um ponto da ordem de trabalhos de ontem, optou por fazer toda uma intervenção sobre o passado e nada sobre o documento, mas como eu disse ontem, e reitero, nesta Assembleia Municipal não há assuntos tabus, quer falar do passado, poderemos falar, mas não muito tempo. Porque o Partido Socialista e este executivo, está a pensar no futuro e o futuro é amanhã e é isso que os almadenses querem de nós.

Mais, quando o Senhor Deputado Municipal, que mais uma vez veio aqui falar da questão da política fiscal desta Câmara Municipal, quer do IMI, quer da devolução do IRS, mais uma vez, esta discussão já teve lugar noutra Sessão da Assembleia Municipal, mas podemos voltar a ela, as vezes que quiser. Até porque a nossa posição é clara, coerente e consistente com aquilo que sempre foi a posição do Partido Socialista. O Partido Socialista, quando o executivo da CDU mantinha a taxa de IMI em 0,40% durante anos, anos e anos, o Partido Socialista sempre defendeu a taxa do IMI de 0,36%. E ainda bem que lá chegamos, e foi isso que nós dissemos que faríamos, era manter a taxa do IMI de 0,36%. E nós estamos cá para cumprir o nosso programa eleitoral, que foi aquele que os almadenses quiseram que fosse cumprido. E, por isso, a taxa do IMI é de 0,36%.

Mas depois também diz aqui uma série de considerandos que são tão falaciosos quanto isto. O Senhor Deputado Municipal diz que devolver uma parte da taxa do IRS aos almadenses só é benéfico para aqueles que pagam o IRS. E, na perspetiva da CDU, todos esses não precisavam de nada devolvido porque eles ganham muito dinheiro.



Então vá dizer isso a uma família que tem um rendimento médio anual de pouco mais do que trinta mil euros e que não precisa dessa devolução. Mas mais, a taxa do IMI, caso o Senhor Deputado Municipal não saiba, que sabe, que sabe, é uma taxa aplicada aos proprietários de habitação. E, portanto, pelo mesmo princípio que defende, que não se deve devolver IRS, porque essas pessoas têm rendimentos suficientes, as pessoas que são proprietárias de habitação, também não terão assim dificuldades acrescidas em pagar o IMI. E, portanto, estamos a falar de uma realidade que no seu caso entende que, para uma coisa serve e para outra não. Nós sabemos a sociedade que temos, é uma sociedade desigual, temos de proteger efetivamente aqueles que têm menores rendimentos, como é obvio, mas aqueles que têm menores rendimentos na sua ótica não pagam IRS, mas também não serão proprietários de habitação própria. E, portanto, também não pagarão IMI. Portanto, Senhor Deputados Municipais, terá de se resolver sobre aquilo que efetivamente defende, no que respeita à política fiscal. Porque eu acho que neste momento a CDU está muito confusa em relação a isso.”

6.1.9 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Eu decidi para hoje e até com base nas palavras de ontem da Senhora Presidente de Câmara, na sua apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, falar sobre as alterações climáticas.

Citando a Senhora Presidente de Câmara ontem, que disse: “falar da política de ambiente é falar de toda a política de Almada” citei. E que relativamente às alterações climáticas eram prioritárias para a ação do executivo.

Tendo também em conta o recentemente aprovado Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, que se saúda, e tendo em conta que nas questões de alterações climáticas não temos ano zero, eu queria colocar algumas questões muito concretas. Porque tendo em atenção que nas Grandes Opções do Plano, a mim honestamente não me faz muita confusão que sejam mais alargadas, mais abrangentes e que não vão esmiuçar a medida, mas de facto, não constam. As questões que queria fazer, prendem-se exatamente com aquelas que farei rapidamente e são muito concretas e muito concisas.

Estão previstas medidas que prevejam a produção de energias renováveis para o autoconsumo nos edifícios municipais? Nesse caso para quando a sua concretização? Tirando a alimentação artificial nas praias da Frente Urbana, está prevista qualquer alimentação artificial para as praias mais a Sul? Está previsto algum plano para intervenção na Dunas? Como está o programa Reduna e há possibilidade de este ser estendido a mais praias para além de São João? Existe algum plano para criação de passadiços sobre-elevados de acesso às praias para proteger as Dunas? Como está a ser planeada a criação de infraestruturas verdes que mitiguem inundações e galgamentos nas zonas de maior risco? E depois, tendo em conta os dois Planos Especiais de Ordenamento da Orla Costeira 2018, que vão de Espinho ao Cabo Espichel e cujo planeamento deve ser implementado em 12 anos. Tendo também em conta que nestes Planos Especiais de Ordenamento da Orla Costeira se impedem construções novas em zonas potencialmente inundáveis, e já devidamente identificadas e que os Planos Diretores Municipais do Estuário do Sado ainda não incluem estas medidas de combate às alterações climáticas, e não proíbem de uma forma taxativa atribuição de licenças a edificado novo nas áreas inundáveis, as questões que se prendem com isto serão: irá o Município atribuir licenças para o edificado novo ou promover edificado novo em zonas potencialmente inundáveis? Existe algum plano para o edificado nas zonas de grande risco de galgamento ou inundação, nomeadamente as zonas da Cova do Vapor, 2º Torrão ou Fonte da Telha? Existe a perspectiva de criação de sistemas de mediação e monitorização para a subida do nível do mar e abaixamento da terra? Que é uma questão que não é muito, muito falada nos órgãos de comunicação social, mas que é um problema efetivo, aliás, basta olhar-se para o exemplo de Veneza que não só teve uma maré muito alta nas recentes inundações, mas também pelo abaixamento que a terra tem sofrido ao longo dos tempos. Existe a perspectiva de criação de sistemas e medição e monitorização para a subida do mar e abaixamento da terra? Portanto voltei a frisar porque fiz este parêntese. Para além do projeto piloto existe algum estudo ou plano de implementação para a reutilização de águas pluviais e utilização de águas residuais tratadas em regas de jardins, lavagens de pavimentos, e lavagens de viaturas do Município? Relembro que o Município aqui ao lado, o Município de Lisboa, utiliza já águas residuais tratadas para a lavagem dos veículos do Município, se no Município existe a possibilidade de introdução de escalões diferenciados de tarifas consoante a utilização da água na agricultura e na indústria? E esta parece uma via curiosa e criativa para resolver um problema, para já porque



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

também há aqui a possibilidade de responsabilização cívica pelo bom uso da água e a discriminação positiva. Existe disponibilidade do Município para estudar formas alternativas de captação de água nomeadamente a dessalinização e se haverá uma aposta na monitorização e fiscalização das perdas, que existe, que está implementada e que funciona, embora ainda haja níveis de perdas de água bastante grandes? E se essa monitorização e fiscalização de perdas vai ser reforçada ou alargada com vista a uma gradual diminuição das mesmas?”

6.1.10 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Quero começar por dar os parabéns à Senhora Presidente e a todo o executivo, pela qualidade do Orçamento e das Opções do Plano que apresenta para 2020, porque eles refletem efetivamente, uma grande transparência naquilo que é o próprio Orçamento e que revelam também o objetivo que tem para 2020, todo o investimento que está dinamizado e está refletido em todas as áreas.

Há pouco, assistimos aqui também a um exercício do Senhor Deputado da CDU, a um exercício mais do mesmo, no sentido de que tudo vai mal e que antigamente é que era bom. Nós temos hoje aqui sentado um ex-Presidente da Câmara Municipal, foi Presidente no último mandato, 2013-2017, provavelmente em Portugal não sei se noutra parte da Europa ou do mundo, foi Presidente da Câmara Municipal durante quatro anos, e os Orçamentos eram todos executados e muito bem, chegou ao fim de quatro anos e não lançou um projeto em Almada, nem inaugurou um projeto em Almada. Portanto, os Orçamentos eram bons, eram bem executados e todas as rubricas que lá estavam, na execução orçamental, eram cumpridas a 100% durante os quatro anos. Todas as rubricas, de 2013 a 2017, eram cumpridas, o que é falso. Como sabem que é falso, ficou muito por fazer. E esta forma de fazer política, de vir aqui fazer um exercício populista e de degradação da própria democracia, que é esta casa, dizer que as rubricas que ficaram por executar, provavelmente sim. Se calhar Senhora Presidente de Câmara, no próximo ano tem que baixar o valor das rubricas, se calhar tem que as colocar noutro lado. Porque nós quando estamos a lançar um orçamento no ano seguinte, estamos a fazer uma previsão do que vamos gastar. Podemos não gastar na sua totalidade, como é normal. O anterior Senhor Presidente de Câmara também executava a 100%, todas. Era tudo, aquilo era matemático, nós sabemos. E também sabemos o estado, porque o Senhor Deputado Municipal disse aqui uma coisa que era a realidade e o orçamento. A realidade e o orçamento, foi o que o Senhor fez, foi o que os Senhores fizeram em 2013-2017, que deixaram o Concelho e em particular esta Freguesia, no estado que deixaram. O Senhor Deputado Municipal falava que na ex-estrada nacional 377 vamos fazer uma rega asfáltica, os Senhores em dezanove anos nem uma rega asfáltica fizeram na ex-estrada nacional 377, isto é vergonhoso, isto é indecente. E diga lá onde é que isso estava no Orçamento da CDU 2013-2017? Quanto é que lá estava para requalificar a ex-estrada nacional 377? Diga lá quanto é que lá estava? Nem um euro gastaram na ex-estrada nacional 377. Diga lá um plano de passeios para a Charneca de Caparica e para a Sobreda? Diga lá onde é que lá estava? Zero. Zero. O que o Senhor Deputado Municipal veio aqui fazer é mais do mesmo. Veio aqui procurar denegrir. A única situação que neste momento move a CDU nesta Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. Só há três coisas, abandonaram o vosso programa eleitoral, não querem participar na construção de soluções para o Concelho e a única visão que têm e aquilo que promovem é: a mentira, o ódio e a intolerância. Foi isto que foi aqui feito há pouco e é inaceitável. Porque o Senhor Deputado Municipal tem experiência política, vir aqui dizer o que disse, é inaceitável, os almadenses não compreendem como é que é possível fazer um exercício destes que o Senhor Deputado Municipal aqui fez. Portanto, nós sabemos muito bem, quais são as práticas que o Senhor está habituado a fazer.

Queria dizer outra coisa à Senhora Presidente de Câmara e a todos os almadenses, que também me parece importante. Este Orçamento está ao serviço dos almadenses e da população. Não está ao serviço de nenhum partido político como era anteriormente feito. Naturalmente os orçamentos estavam ao serviço do PCP e da CDU em Almada. Hoje o Orçamento Municipal está ao serviço das populações e ao serviço do investimento, esta é a realidade e é a grande diferença entre os orçamentos anteriores e este.

Depois vem falar em opacidade do Orçamento. Sabe o que é opacidade Senhor Deputado Municipal? Opacidade foi o Relatório da Inspeção Geral de Finanças, a que o Senhor teve acesso, todos os Deputados Municipais e os almadenses. E, provavelmente virá outro sobre os apoios ao Movimento Associativo, que vai ser mais grave



ainda do que o outro. Se calhar vai ser mais grave. Isso é que é opacidade. Portanto, este Orçamento não é opaco, está lá tudo escrito e forma como se vai fazer o investimento. Portanto, o que queremos e o que o PS vai fazer e o executivo da Câmara Municipal pretende fazer, é executar aquilo que a Senhora Presidente da Câmara disse aqui ontem. Escola aqui da Charneca de Caparica, tivemos a oportunidade de ver a ex Estrada Nacional 377, os investimentos que estão a ser feitos na rede viária, o polo da Escola Secundária e todos os investimentos que vamos fazer, que são importantíssimos para requalificar este território. Não será só neste, há mais quatro Freguesias, mas neste há uma estratégia bem definida e está bem plasmado. E quero dar nota aqui a todos os Charnequenses e sobredenses, hoje só é possível requalificar este território porque aquele orçamento vai dar resposta às necessidades desta população, uma coisa que os Senhores em quarenta anos não fizeram. Abandonaram o território, abandonaram as populações, deixaram este território como ele está, basta olhar, basta andar, basta ouvir a população. Portanto, quero aqui dizer à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que este Orçamento é um Orçamento importante, tem dinâmica está virado para o futuro e tenho a certeza que quando chegarmos ao fim do mandato pelo menos os charnequenses e os sobredenses, irão agradecer todo o trabalho do executivo da Câmara Municipal neste território.”

6.1.11 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Senhora presidente da Câmara Municipal.

Nos objetivos e atividades em destaque (é assim que eles são nomeados) distribuídos e em apreciação, coloca-se ênfase, e bem, na necessidade de conjugar a melhoria dos fatores transportes e acessibilidades em benefício precisamente das condições de mobilidade no Município, um objetivo que a CDU considera prioritário e de grande importância.

Na página oito do documento distribuído, capítulo 4 Transportes, Mobilidades e Acessibilidades, são destacadas algumas grandes intervenções para 2020. Logo à entrada é afirmada a intenção de incentivar a descarbonização no setor dos transportes.

Segue-se um conjunto de intenções, mas estranhamente não encontramos nenhuma referência ao Metro Sul do Tejo, designadamente ao seu previsto prolongamento à Costa da Caparica com passagem pela Trafaria.

Também não encontramos qualquer referência à intenção de promover um modo de transporte em canal próprio, para servir a população da Charneca de Caparica, cujos estudos de viabilidade estavam em desenvolvimento no final do mandato anterior.

Entendemos estranha a ausência destas referências porque estas são, todos certamente o reconhecemos, infraestruturas que representam um importantíssimo contributo para que o grande objetivo da descarbonização do setor dos transportes no nosso Concelho, possa ser promovido e possa ser alcançado.

E mesmo não se tratando de infraestruturas da responsabilidade direta do Município, elas servem e beneficiam sobretudo os almadenses, pelo que entendemos que deveriam constituir preocupação central do Município quando elabora e propõe a aprovação das Opções do Plano para o ano 2020.

Uma preocupação que deveria ser colocada a par da preocupação com a construção de rotundas que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver, evitando que da presença de uma e da ausência da outra, possa resultar a indesejável leitura de que o Município promove a melhoria de condições para a circulação do transporte individual, esquecendo o transporte público coletivo. Uma leitura totalmente indesejável no quadro das condições ambientais que hoje marcam a vida nas grandes cidades.

Senhora Presidente, perguntamos por isso se a Câmara Municipal esqueceu a necessidade urgente de reforçar a rede de transporte público em canal próprio no Concelho de Almada, designadamente tendo em vista servir as populações da Costa da Caparica e Charneca de Caparica, como referimos.”

6.1.12 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

72



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Ao analisarmos o documento das Grandes Opções do Plano para 2020, não podemos deixar de assinalar e ficar ao mesmo tempo surpreendidos com as generalidades que nele estão contidas, quando devíamos ver nele expressas ações e obras concretas.

Encontramos ausência de respostas de intervenção que deveriam estar incluídas no Plano da Câmara Municipal. Há uma série de intervenções que gostaríamos de ver elencadas neste Plano e as quais não as encontramos. Onde é que está o futuro da Escola Básica do Alfeite, neste Plano? Conhecida pela Escola Básica do Alfeite. Onde está a requalificação da Escola Básica do Alfeite situada no Bairro Social das Forças Armadas? Onde vem mencionado a construção do Centro de Saúde no Feijó? Onde está, pelos vistos parece que se rasgou um compromisso assumido com instituições na utilização do 1º piso do antigo mercado do Laranjeiro? Onde está a requalificação da Estrada de Algazarra, para melhorar a circulação e a segurança rodoviária e pedonal, numa das artérias mais concorridas do nosso Concelho? Onde está o Plano de Habitação Municipal o tão falado 1º Direito, onde é que se vão construir estes fogos habitacionais?

Enfim, estamos a terminar o ano 2019, e decorridos que foram dois anos do presente mandato, registamos lamentavelmente, que em matéria de diálogo com as Freguesias, o espaço para que tal acontecesse, não só foi reduzido como também, quando ocorreu foi pouco profícuo. Existindo mesmo um tratamento desigual por parte da Câmara Municipal, quando comparado com outras Juntas. Se há um ano reivindicávamos com inteira justiça os acertos de verbas em relação aos acordos de execução e aos contratos interadministrativos, hoje teremos que assumir e dizer de uma forma muito clara perante esta Assembleia Municipal, e também às nossas populações, que a situação se agravou com valores a atingir as centenas de milhares de euros. Temos vindo a alertar insistentemente para esta situação quando se prevê que o ano 2020 será um ano chave para a clarificação e preparação do eventual processo de transferência de competências que o ano 2021 consagra na Lei. O qual exige um acompanhamento técnico muito rigoroso, e uma articulação entre os diferentes patamares de decisão vão necessitar de um profícuo diálogo, para consensualizar matérias fundamentais na execução das novas atribuições. E não podemos, Senhora Presidente, tal como aconteceu neste ano, trabalhar o Orçamento da Junta para 2020, sem saber os valores que a Câmara Municipal irá transferir no Quadro dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos. O que consta na página 22 das Grandes Opções do Plano sobre as Freguesias pouco diz. Os eleitos e as populações merecem ser devidamente tratados no âmbito da legitimidade democrática e no que a política deve conferir.

Volto a dizer Senhora Presidente, que nunca seremos o problema, antes sim a parte significativa da solução. E, como foi dito já por aqui durante estes dias e afirmamos e precisamos de ser consequentes com aquilo que afirmamos, cumprimos com lealdade as funções que nos são confiadas.”

6.1.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Tentarei responder brevemente para com autorização do Senhor presidente da Assembleia Municipal poder também passar a palavra aos Senhores/as Vereadores/as para poderem responder às questões que foram levantadas.

Começo pela primeira intervenção, agradecer as palavras do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco e agradecer também a colaboração sempre que foi necessário conversarmos sobre qualquer um dos assuntos.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Carlos Revés, sobre os SMAS, pedirei ao Senhor Vereador Miguel Salvado para responder.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, registamos de facto várias questões que foram aqui levantadas, as positivas e as menos positivas. Como sabe, em relação ao novo espaço de Bem-Estar Animal o Senhor Vereador Nuno Matias não pode estar presente, mas está neste momento um projeto em fase de acabamento e será lançada a obra brevemente para essa questão.

Relativamente à questão do Metro até à Costa da Caparica, foi criado justamente no seio do Governo e não só, também na Área Metropolitana de Lisboa, um gabinete especial para estudar esse trajeto e aproveitar para



responder também ao Senhor Deputado Municipal João Gerales. Se está à espera que o Município assuma sozinho a construção do Metro até à Costa da Caparica ou até mesmo até à Charneca de Caparica, não sei se era essa a intenção agora, se a CDU afinal agora é pela municipalização de todos esses grandes encargos.

Relativamente à questão da arborização e da plantação das vinte e cinco mil árvores previstas, sendo que no Plano há mais, quero dizer aqui que isto é um bom exemplo de como gostamos de ver os serviços da Câmara Municipal a funcionar em conjunto, não apenas os espaços verdes, o ambiente, mas também a educação. Espero que com aquilo que foi lançado em 2019, e que chamam um ano perdido, venha a reconsiderar em 2020.

Eu peço desculpa, mas não posso responder a tudo porque as questões são muitas e depois queria passar a palavra aos meus colegas Vereadores/as.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Rocha. A avaliação, se me permite, do que é governar à esquerda, cada um faz a que pode e a que quer. Eu de facto, também tenho sido muito surpreendida com muitos anos de governação em Almada, que eu pensava que era um Município de esquerda e sou confrontada com políticas que eu até acharia que eram de direita e que eram levadas à prática por partidos ditos de esquerda. Portanto, cada um faz a sua avaliação, esteja descansado que o meu sentido de esquerda eu não o perco nunca. Surpreendo-me com algumas opções até do ponto de vista fiscal, que eu estaria à espera de ver mais do lado da direita do que do lado da esquerda. Já debatemos sobre isso, espanta-me ver o Bloco de Esquerda a defender baixas de IMI e ao mesmo tempo a pedir mais habitação municipal e social, é verdade, mas é uma coisa que me espantará sempre. Temos um velho diálogo há muito tempo sobre essa questão e, portanto, provavelmente não estaremos nunca de acordo.

Relativamente à questão da estratégia municipal, Senhor Deputado Municipal, já falamos variadíssimas vezes, há uma estratégia municipal que vai ter que ser concretizada por vários planos. Tal como eu disse inicialmente, nós aumentamos muito substancialmente o nosso Orçamento para as obras municipais onde também se inclui a habitação social municipal. Para além disso há uma série de programas que vão ser lançados, mas depois a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira também poderá explicar melhor, que vão ser lançados e à medida que esses programas forem lançados, vamos ter que concentrar a verba em função de medidas concretas. Quantos fogos vamos reabilitar? Os Senhores/as Deputados/as Municipais tiveram acesso ao levantamento que foi feito dos nossos fogos municipais. E como vê, nós em Almada infelizmente, de todo o nosso parque habitacional, temos mais de 80% que está entre o estado muito mau e o mau. Portanto, a empreitada é gigante. Quantos vamos reabilitar? Vamos reabilitar fogos desde que estejam disponíveis, desde que estejam libertos, desde que não haja ocupações, se me permite e que ao mesmo tempo reabilitamos, realojamos, reabilitamos realojamos.

Esta questão da política dos transportes que o Município pouco fez. Só fizemos toda uma proposta de uma nova rede de transportes e o reforço de nova rede de transportes. Eu já o disse também em reunião de Comissão, só fomos dois Municípios a fazer, para além de Lisboa que já tem os transportes próprios, o Barreiro e só Cascais e Almada, e agora Cascais também já tem os seus próprios transportes, foi a fazer uma nova proposta e um estudo para a nova rede de transportes. E também já disse isso em Comissão, e aliás, a que o Senhor Deputado Municipal preside. E nós só não partilhamos essa questão, porque tal como os outros Municípios confiaram exclusivamente na Área Metropolitana de Lisboa, para lhes fazer desenhar a rede de transportes, o Município de Almada não concordou com isso e quis ser ele próprio também a dirigir a oferta de transportes que queria. E não podemos partilhar, porque isso faz parte de um concurso e estamos obrigados à regra de confidencialidade. E, portanto, eu desafio o Senhor Deputado Municipal, a perguntar qual é o outro Município e também respondendo à CDU, essa coisa da intervenção, qual é o outro Município onde houve grandes intervenções? Não houve. A maior parte dos Municípios, quase todos, confiaram à Área Metropolitana de Lisboa, confiaram a outros a obrigação que tinham de definirem a sua rede de transportes. E a oferta que nós queríamos para os nossos munícipes? Portanto, quando me perguntam o que é que a Câmara Municipal fez, fez isso mesmo. Foi estando solidária com todos os Municípios nesta grande aposta dos transportes, mas também disse: nós queremos ser atores da proposta que levamos a concurso. E foi isso que fizemos Senhor Deputado Municipal. E o Senhor Deputado Municipal sabe isso muito bem.

Por fim, eu sei e reconheço, o Bloco de Esquerda tem esta questão sobre os refeitórios escolares, depois o Senhor Vice-Presidente poderá voltar a falar disso se quiser.

12



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agradecer também, ao Senhor Deputado Municipal André Macedo, pelas palavras e o apoio que o Partido Socialista tem dado.

Eu já irei ao Deputado Municipal José Lourenço.

Relativamente à Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa. Senhora Deputada Municipal, fez muitas perguntas, tenho muitas dificuldades em lhe dar resposta a todas neste curto espaço de tempo. Quero, no entanto, dizer que, tanto as novas regras do POC ACE – Programa da Orla Costeira Alcobaça Cabo Espichel, que aliás, já estamos a fazer adaptações ao PDM – Plano Diretor Municipal, para inserir as novas regras do POC ACE. E relativamente ao novo estudo e ao novo Plano que foi apresentado, a Câmara Municipal de Almada já estava a preparar um plano para a questão das alterações climáticas e que suspendemos até haver a conclusão do estudo da Área Metropolitana de Lisboa. Porquê? Porque o que consideramos que faz sentido, é que esse Plano se baseie neste estudo geral que foi apresentado e agora vamos fazer um plano sobre a aplicabilidade de todas as medidas que temos que fazer. Mas num sentido muito operacional. Se quer que lhe diga, consideramos que a coisa mais importante e que é nossa obrigação, é que os planos que fazemos e fazemos com grandes instituições, universidades, têm que ser planos que possam ser aplicados e que devam ser aplicados de imediato. Como disse, o ano zero já passou. E, portanto, a Área Metropolitana de Lisboa fez um grande estudo e nós agradecemos, nós fazemos parte dele, temos muito orgulho em fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa, e, portanto, não nos vendemos a Lisboa, só fazemos parte de um coletivo que nos orgulha muito, que são dezoito Municípios, e depois em função deste plano macro, agora sim, tal como nos transportes, vamos ver e estabelecer prioridades e planos de ação para a aplicação disso.

Senhor Deputado Municipal João Gerales, eu confesso, sim com certeza, nós estamos a estudar, estamos sempre presentes, há a questão de facto, do Metro até à Costa da Caparica como já disse, há a questão dos transportes na Charneca de Caparica que é uma questão absolutamente prioritária. Também já dissemos que dentro daquela que foi a proposta que fizemos, há um reforço muito substancial no transporte público tanto para a Charneca de Caparica como para a Sobreda, mas mais uma vez, nesta altura não nos é possível divulgar o que é o plano de transportes porque temos que ter a noção daquilo que foi uma decisão que acabou por ser uma decisão coletiva e solidária de todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Todos. Sem exceção, inclusivamente os nossos vizinhos. E, portanto, também eles estão presos ao dever de confidencialidade. Portanto, Senhor Deputado Municipal, outra coisa que também já foi dito e isto foi uma introdução que nós, este executivo fez, que é, se é verdade que a Câmara Municipal de Almada já tinha delegado na Área Metropolitana de Lisboa o ser autoridade de transportes, e nós estávamos a operar transportes, os Senhores estavam a operar transportes como o Flexibus, ilegalmente, o Flexibus não tinham autorização para o fazer, se vamos por aí. Mas eu já percebi que para a CDU a legalidade era uma coisa muito relativa, mas isso já sabemos. Neste momento, a WEMOB está devidamente credenciada para ser operadora de transportes, a questão é: quem era o operador de transportes da WEMOB? O Senhor Deputado Municipal sabe certamente, não sabe? E tinha autorização para o fazer? Onde é que ela estava? Se calhar desapareceu como os muitos papeis. Mas neste momento tem autorização. E mais, até criamos naquilo que foi a delegação de competências para a Área Metropolitana de Lisboa, duas exceções, também só fomos nós e Sintra a fazer. É dizer assim: a Câmara Municipal de Almada, reserva-se o direito de ter transportes de âmbito turístico, mas também se reserva o direito de operar transportes para âmbito social e de apoio social. E é assim que está o Flexibus. Portanto, se o Senhor Deputado Municipal não sabia, tenho pena. Mas informo-o agora.

Senhor Deputado Municipal e Presidente de Junta Luís Palma. Diga-me uma coisa, e nos anos passados, onde é que estava a Escola da Base do Alfeite? Nos Planos de Atividade, nas Grandes Opções do Plano? Onde estava a requalificação do Bairro do Alfeite? Esclareça-me só, considera o Senhor Deputado Municipal e Presidente de Junta do Laranjeiro Feijó, que a Câmara Municipal se deva substituir e ir requalificar por inteiro, os bairros dentro do Alfeite? É só para perceber onde é que se situa a CDU. Quando me perguntam onde é que está, eu pergunto: “onde é que estava?” E acha mesmo que deve estar? Relativamente à Escola Básica do Alfeite, no entanto posso-lhe dizer, como sabe, estava prevista a saída, e que nós até tínhamos, a Câmara Municipal até tinha um prazo para sair. Pois imagine, que até já falamos com o Ministério da Defesa, e que estamos neste momento em negociações para saber se prolongamos ou não, e qual é o investimento que deve ser feito. Porque como deve imaginar, o Município, só poderá fazer ou investimento na Escola, ou investimento noutra escola alternativa, se



a Defesa for muito clara, relativamente aquilo que quer ao Bairro do Alfeite e à Escola do Alfeite. Portanto, mais uma vez, a atitude de colaboração é total. Agora, virem-nos perguntar onde é que está, eu pergunto onde é que estava? E porque é que as escolas chegaram àquele ponto? E porque é que as situações chegaram a este ponto?

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, pode haver quem lhe ache graça, eu já achei, neste momento não acho. Porque devo dizer aqui, que o Senhor Deputado Municipal não é por estar a dizer verdade, é porque o Senhor Deputado Municipal é de uma extraordinária desonestidade intelectual. E isso digo-lhe com todas as palavras. E mais, mente. Mente. Eu vou só lhe dar um exemplo. Como é que o Senhor Deputado Municipal mente aos almadenses. O Senhor Deputado Municipal diz: “vejam lá, Cuidar de Quem Cuida, só pagaram 551.00€ (quinhentos e cinquenta e um euros). Pois é verdade. E na rubrica a seguir o que é que está? Compromissos por pagar 15.000.00€ (quinze mil euros). Qual é o cabimento? 35.000.00€ (trinta e cinco mil euros). E agora, convém fazer algum didatismo e explicar às pessoas que nos estão a ouvir aqui como em casa, onde é que está a sua desonestidade intelectual. Porque o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não é nenhum novato nisto. E, portanto, sabe muito bem que, a execução final é com a fatura paga. Com a fatura paga. E que há duas etapas antes disso chamadas cabimento e compromisso. E, portanto, quando o Senhor Deputado Municipal, vai buscar uma rubrica, só diz uma coluna e não diz as outras, propositadamente, é porque está voluntariamente a querer enganar não só os Senhores Deputados Municipais, como os almadenses. E faz esse exercício sistematicamente, e devia ter vergonha. E deixe-me que lhe diga, lamentável, é quando um Partido como o PCP, com a dignidade do PCP, aqui em Almada se presta aos exercícios que o Senhor Deputado Municipal prestou. Isso é que é lamentável. E eu tenho vergonha por partidos alheios, pelo respeito que o PCP me merece, os Senhores são a vergonha do PCP. O que é que o Senhor Deputado Municipal quer dizer com: já sabemos quem são esses almadenses que nós privilegiamos. Diga lá. Quem são esses almadenses na sua cabeça Senhor Deputado Municipal? Quem são? Diga, tenha a frontalidade de dizer, não insinue, não faça pequenos a partes, diga abertamente quem é que acha que este executivo está a privilegiar. Diga, que assim talvez possamos responder. É que eu também me lembro de alguns almadenses, ou uma Almada, onde havia filhos e enteados. E, portanto, quem fala primeiro responda primeiro, diga isso.

Para finalizar. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, com um mínimo de honestidade intelectual, também diria e também veria, que uma coisa são as percentagens, e outra coisa são os montantes. E como acontece que o Orçamento atual da Câmara Municipal são atualmente, após revisão, são de 113 .000.000.00€ (cento e treze milhões de euros), aí as suas percentagens ficam muito malparadas. E o Senhor Deputado Municipal sabe isso. Sabe isso perfeitamente. É que as percentagens são sobre o montante. Uma coisa são percentagens outra coisa, são montantes.

Mas posso continuar, o que é que o Senhor Deputado Municipal disse que estava a zeros? É assim, o tempo é curto, e eu não vou perder mais tempo a fazer o escalpelizar da sua intervenção, e a provar por “A” mais “B” onde é que está a sua desonestidade intelectual. E há um momento em que nós temos que ser francos e claros com os almadenses. Este discurso sistemático do medo, da ameaça, da mentira, da mentira sistemática, e organizada. Já chega Senhores Deputados, já chega. No respeito democrático. Já chega. E, portanto, os Senhores naturalmente vão votar contra o Orçamento, ninguém vos pede para concordar com as nossas políticas, nem estaríamos à espera, agora façam-no com dignidade e com honestidade.”

6.1.14 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Houve aqui um conjunto de questões diversas sobre, por exemplo o turismo, a promoção turística, colocadas na primeira intervenção, quero dar nota de algumas coisas que estão previstas para o próximo ano que passam desde logo por aquilo que é uma reconfiguração dos postos de turismo, para que eles tenham uma funcionalidade maior e uma adequação àquilo que são hoje as exigências destes espaços como espaços destinados a acolher de uma forma mais ajustada quem procura o nosso território. Os nossos postos de turismo apesar de terem sido feitos com algum interesse do ponto de vista arquitetónico, a funcionalidade do espaço carece hoje de uma série de comodidades e de recursos também de base tecnológica, que tornam o espaço mais confortável, e a expressão que temos utilizado, peço desculpa repeti-la aqui, porque ela é um bocadinho

72



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

coloquial, mas que pareça menos uma repartição de finanças e mais um posto de turismo. Portanto, um espaço mais confortável para quem procura o Município.

Em relação ainda ao turismo estão a ser preparados e vão ser preparados roteiros temáticos específicos, desde a área do turismo religioso às áreas do turismo de natureza, às áreas do turismo literário e cultural, portanto, para valorizar esta dimensão específica.

Produção de aplicações digitais, e também uma aposta muito forte na articulação com parceiros e com os parceiros setoriais, percebendo que há trabalho a desenvolver em articulação regular com a restauração, com os hotéis, com o alojamento local, com as empresas de transportes turísticas, para contruirmos aqui uma estratégia e pontos permanentes para um trabalho mais eficaz.

Relativamente às questões da educação, que foram surgindo aqui em diversas intervenções, agradeço naturalmente a referência às “Sextas-feiras pelo Clima”, esta proposta e este conjunto de atividades, é uma resposta à participação cívica cidadã que os jovens por todo o mundo têm demonstrado. Naturalmente aquilo que nós queremos é dar a resposta que tivermos condições para dar a este apelo dos jovens, mas sobretudo utilizar e apoiar esta energia que eles estão a colocar no alerta para aquilo que é a emergência climática. Não para a proclamação e não para o desenvolvimento de manifestações, que também são importantes, mas já agora para em conjunto com eles arregaçarmos as mangas, deitarmos mãos à obra e fazermos aquilo que é hoje com toda a certeza, a melhor resposta que podemos dar às alterações climáticas, depois de alterarmos aquilo que são os nossos hábitos de consumo, de circulação, e de modos de vida de uma forma geral. Mas o ambiente hoje exige uma resposta regenerativa e aí só se faz reconstituição de ecossistemas e naturalmente pela plantação de árvores. Quero dizer aqui que nós falamos simbolicamente em vinte cinco mil árvores e este não é um número que tenha outra justificação que não seja o número de crianças e jovens que frequentam as nossas escolas, e por isso há esta carga simbólica de, por cada uma delas, queremos plantar uma árvore. Mas não serão só seguramente vinte cinco mil árvores, porque vamos plantar plantas dunares, arbustos, aquilo que se justificar em função das áreas do território. Portanto, este número de vinte cinco mil árvores, tem que ter este ajuste. Por exemplo, nas zonas de, foi referida a questão das ribeiras, dos leitos de cheias por causa das inundações, a plantação de salgueiros por estaca é uma das coisas que está também já prevista.

Naturalmente, desafiamos vários serviços para estarem com a educação nisto. É um projeto educativo, mas envolve os serviços municipais de proteção civil, envolve os serviços por exemplo dos SMAS, envolve os espaços verdes, porque de facto, é um projeto transversal. E já agora, aproveito para convidar os Senhores/as Deputados/as Municipais todos, e toda a comunidade para se envolverem nisto, porque é um projeto que não é apenas das escolas, é um projeto que visa envolver também desde os Corpos de Bombeiros às Universidades Sênior, aos Clubes e ao Movimento Associativo, as Empresas, portanto queremos que seja um projeto transversal.

O projeto das Mentorias é um projeto que queremos implementar, naturalmente percebendo que somos uma Cidade Educadora e que só através de políticas cruzadas em que possamos envolver crianças e a população sénior, mas toda a população em processos de aprendizagem, nós estaremos a criar e implementar de facto, este conceito da Cidade Educadora. Uma das coisas que nos preocupa muito são as questões da educação permanente e da aprendizagem ao longo da vida, percebendo que aquilo que são os percursos de formação e desenvolvimento integral de cada um de nós, não termina quando terminamos a escolaridade obrigatória ou quando concluímos uma licenciatura, mas são projetos que se devem desenvolver ao longo da vida das pessoas.

Relativamente às questões que foram surgindo também ao nível da mobilidade suave no âmbito da educação, estamos a preparar em conjunto com a WEMOB um projeto que outros Municípios já têm, que é o chamado Pedibus, tentando mobilizar as famílias para que as crianças possam ir em segurança a pé para escola, evitando aquilo que muitas vezes é a utilização excessiva do transporte familiar para deslocações curtas e que naturalmente a promoção desta pedonalização, permitirá.

Relativamente à Escola do Alfeite. A Escola do Alfeite, nós temos duas realidades na Escola do Alfeite. Temos uma dentro do IASFA – Instituto de Ação Social das Forças Armadas, que recebemos em muito más condições e que sabemos, naturalmente eu acredito que da parte da CDU existirá honestidade na forma de tratarmos este assunto, recebemos uma escola em muito más condições, a funcionar num espaço que é um espaço militar, e



com enormes dificuldades, inclusive para que a Junta de Freguesia ou o Município inclusive fizesse obras dentro deste espaço, porque estamos a falar de uma instalação militar. Estamos num espaço onde, por exemplo, quando tomamos posse não havia fitas de estores, por exemplo, as crianças não podiam abrir as janelas por causa de estarmos em espaço que não é um espaço em que pudéssemos intervir de forma fácil. E, portanto, é de facto um problema que estava a ser avaliado e continua a ser avaliado. Houve da parte do IASFA um ultimato para que a Câmara Municipal retirasse de lá a escola, o Senhor Ministro da Defesa, trouxe-nos uma intervenção diferente, uma proposta de intervenção diferente, que foi a proposta de reavaliarmos a permanência ali da escola. No caso da Escola do Bairro, eu tenho muitas dúvidas que essa seja uma das prioridades de intervenção em relação às nossas escolas, quem conhece bem a Escola do Bairro, sabe que ela apesar de alguns problemas que tem, mas não é das escolas mais problemáticas do nosso Concelho. Há uma intervenção a fazer, mas seguramente na hierarquia de prioridades que temos que ter nas quarenta e duas escolas, a Escola do Bairro, é daquelas que apesar de tudo apresenta condições de dignidade de funcionamento. Onde é que não está a Escola do Bairro em grandes condições? São as condições de acessibilidade como saberá o Senhor Presidente da Junta, que de facto, não são as melhores.

Agora do ponto de vista daquilo que é a condição da instalação da Escola, não é de facto, daquelas que são prioritárias, há outras prioritárias no caso da Freguesia a que o Senhor preside.

Relativamente ao desporto, algumas medidas que foram tomadas, nomeadamente a valorização da atividade desportiva em espaços livres e depois dizer que recebemos também instalações desportivas que são uma referência a nível municipal, mas que de facto, como aconteceu por exemplo, no Pavilhão Municipal dos Desportos, que não tinham obras há mais de duas décadas e, portanto, temos de facto, situações muito complicadas do ponto de vista da manutenção. E por isso temos aqui investimentos previstos pesados nestas estruturas."

6.1.15 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Dar nota apenas por referência à menção aqui feita aos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos e também Transferência de Competências com base na legislação atual enquadradora, ao Senhor Presidente de Junta do Laranjeiro Feijó e meu bom amigo, do reconhecimento que tenho da atividade e da presença da atividade dos nossos Presidentes de Junta a nível Concelhio, e dar-lhe nota também, o Senhor Presidente de Junta sabe, que naturalmente, é essa também a minha postura do enorme reconhecimento que tenho, do trabalho concretizado pelas nossas Juntas de Freguesia ao longo destes últimos anos. E é com esse mesmo respeito que, no âmbito da descentralização de competências e também da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, logo após uma decisão formal também tomada pela Câmara Municipal, fiz questão de entregar aos Senhores/as Vereadores/as que representam também a Coligação Democrática Unitária – CDU, um Relatório detalhado com datas e fases de evolução deste processo. E para além de ter entregue em reunião de Câmara, este mesmo Relatório, que dá nota do trabalho concretizado pelo Grupo de Trabalho de que sou coordenadora, não tendo a área da tutela, sou coordenadora na Câmara Municipal, no Órgão Executivo. Para além disso, o Senhor Presidente coloca aqui uma questão que eu considero pertinente, que é importante e que tem a ver com decisões que, entretanto, os órgãos, que respeito, dotados de autonomia também, o Poder Local tem a sua própria autonomia, já terem deliberado relativamente a esta matéria. A Câmara Municipal como sabe, está a preparar um auto de transferência e um acordo maturado como disse, que leva algum tempo, que é fundamental e importante com as Juntas de Freguesia que aceitaram as novas competências. Os Senhores pugnaram por ir às vossas Assembleias de Freguesia, eu própria Vereadora, vos pedi esta informação oficialmente, e os Senhores remeteram e bem, para a Câmara Municipal, os Senhores fizeram questão de usar de autonomia e do poder que têm para tomar uma deliberação no sentido de rejeitar as novas competências. Mas, deliberaram mais. Os Senhores para além de deliberarem a rejeição das novas competências, vieram dizer que querem a manutenção dos atuais Acordos de Execução, e é aqui que nos situamos. Senhor Presidente de Junta, é aqui que nos situamos. Os Senhores querem a manutenção dos atuais Acordos de Execução. Portanto, teremos que falar sobre isto, tudo isto vai ser, conforme transmitti aos Senhores/as Vereadores/as naquela reunião de Câmara Municipal, vai ser objeto de diálogo e de negociação entre nós. Mais, eu creio que é publico,

12



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

está registado e estará devidamente gravado. Eu disse nessa mesma reunião de Câmara e reproduzo aqui, porque tenho uma memória enormíssima, disse, que até aceitaria como é bom na autonomia do Poder Local que quem rejeitou, viesse afinal dizer, sim, este é um bom Acordo e nós queremos assinar também um auto de transferência. Isto com enorme respeitabilidade, sempre pelo Poder Local. É claro, Senhor Presidente de Junta, este é um tempo atípico, os Senhores possivelmente quereriam que nós mantivéssemos aquilo que era tradicional, que era chamar-vos a uma reunião em outubro, como era habitual e usual fazer-se, para que pudéssemos falar convosco sobre aquilo que são os atuais Acordos de Execução e os Contratos Interadministrativos. Como tempo atípico, que carece de uma leitura diferente, de um trabalho mais aturado, de um trabalho mais aprofundado, esse tempo não se cumpriu, mas ele também não está na Lei, o que a Lei diz é que em 2021, finalmente as Juntas de Freguesia, as que aceitaram ou não, assumirão integralmente estas novas competências, e até lá Senhor Presidente, aqui o compromisso que fica por parte da sua Câmara Municipal, também somos Município, é de que até lá, nós teremos o processo negocial concluído e os Senhores usando da autonomia que têm, respeitada pela Câmara Municipal, terão oportunidade, toda a oportunidade, para poder vir a decidir. Mas, volto a dizer, aquilo que os Senhores Presidentes de Junta vieram dizer, é que pretendem a manutenção dos atuais Acordos de Execução. E, quando pergunta, mas que verbas vou eu cabimentar, ou que verbas vou eu pôr no meu orçamento para o ano vindouro? Senhor Presidente de Junta, as regras do PQCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, respondem a isso, não é a Vereadora supostamente coordenadora que lhe vai responder. Há regras do POCAL que lhe dizem como é que essas verbas podem ser previstas e como é que orçamentalmente o Senhor pode construir o seu orçamento para 2020.”

6.1.16 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Eu acho que o facto do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, ter começado a análise do Orçamento a falar da execução de um exercício que ainda não está findo, é sim, lançar um bocado a confusão. Marcaremos para o mês de abril, discutir o exercício depois de completo. Eu só posso entender assim, ele não está completo, portanto, estamos a discutir uma coisa que não sabemos exatamente muito bem o que é. E, portanto, discuti-lo-emos no momento próprio.

Relativamente ao Orçamento para 2020, que é o que está na agenda, é esse, sempre direi relativamente às questões que me pareceram que foram aqui colocadas e que se prendiam com a habitação, as questões relacionadas com o 1º Direito e com o protocolo de Almada Poente. Só para dizer de uma forma muito rápida que, é evidente que quando nós nos juntamos a políticas que o Governo lança e que temos que articular com outras entidades, as coisas não são como se fossem apenas feitas por nós. Temos que respeitar prazos, temos que entregar candidaturas, e tudo isto não se faz como nós a lançar uma empreitada e a fazer. Os Senhores têm essa noção com certeza, que apesar disso devem ter tido candidaturas feitas com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, tiveram o PER – Programa Especial de Realojamento e já não digo mais aqui, porque até podia dizer, se calhar por isso é que não o acabaram. Portanto, era muito difícil. Portanto, não é fácil isto em termos de trabalho.

Aquilo que vos queria dizer é o seguinte: sabem que foi dito aqui já “n” vezes que as nossas prioridades em termos de habitação e de estratégia local de habitação, são a reabilitação, a aquisição e em última análise a construção. Por variadíssimos motivos, porque são aqueles que entendemos como mais ajustados e aqueles que até têm maior financiamento. Temos preparado o primeiro acordo parcelar de financiamento, para em 2020, início, lançar a parceria com o IHRU, para a reabilitação de cinquenta e oito muitíssimo urgentes, são aqueles que têm as canalizações todas estragadas desde o princípio, lá cima até cá baixo, fogos que o levantamento identificou. E, portanto, esse primeiro acordo com a cooperação financeira do IHRU, vai ser lançado, temos já e já adquirimos este ano, fogos no âmbito de uma opção de preferência, fogos que já foram aprovados em reunião de Câmara e que ainda contarão para esta execução orçamental, portanto, é por isso que eu não quero discutir agora aqui a execução orçamental, e outros que acontecerão. E, relativamente ao Almada Poente, que já várias vezes ouvi aqui comentar, falou-se no Almada Poente, nunca mais disse nada. Não temos que andar a falar no Almada poente a toda a hora, mas eu agora vou falar. Acabamos de entregar uma candidatura no âmbito do Almada Poente, num montante superior a 6.000.000.00€ (seis milhões de euros), com



comparticipação de 80%, em pareceria com o IHRU, em que ele vai cumprir a sua parte, que é pôr à disposição dos almadenses, fogos com renda acessível,

E nós iremos construir aquilo que também está na Estratégia Local de Habitação, que é uma unidade residencial com apoios comunitários, de arrendamento intergeracional e com serviços comunitários. Portanto, como vê o Almada Poente, não se falou nele, mas estava-se a trabalhar nele, e estava-se a trabalhar de tal modo que a candidatura está entregue e esperamos e com muitas expetativas de que ela seja aprovada. E, portanto, será de facto, um enorme avanço para os terrenos do Almada Poente, aliás, devo dizer que nas negociações com o IHRU, conseguimos triplicar, quadruplicar, o terreno que era suposto ser entregue à Câmara Municipal e conseguimos passar de cerca de quatrocentos metros quadrados para três mil e tal metros quadrados, o que vai permitir, de facto, que aquilo que a Câmara Municipal vai construir a unidade residencial com os apoios comunitários, seja efetivamente uma coisa que não poderia ser se o terreno fosse aquele. Estas coisas dão trabalho, e principalmente quando não podemos fazê-las sozinhos. Portanto, eu penso que, é muito urgente a habitação, nós todos sabemos, temos o sentido da urgência. Tanto temos o sentido da urgência quando aqui chegamos eu ainda sei o que é que disse, disse: é uma tarefa hercúlea, mas vamos começar, e vamos começar com critério, não é respondendo a prioridades imediatas. Respondemos às imediatas que podemos, mas temos que resolver estruturalmente a situação. Porque de facto o problema é grave e só se resolve se for estruturalmente resolvido e não com intervenções *ad oc.*”

6.1.17 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Tentando responder a algumas questões que foram colocadas.

Dizer o seguinte: ouvi com muita atenção a intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Revés, e dizer-lhe o seguinte: obviamente sabe que, muitos dos investimentos que são feitos e que são planeados, baseiam-se numa gestão complexa de ativos dos SMAS, de várias matrizes que são feitas e que depois nos dão cálculos com bastante precisão que nos permitem tomar algumas decisões. Por isso, é que nalgumas zonas, muitas vezes, como por exemplo, agora foi o caso da rua Manuel Sousa Cardoso, mas como outras, a rua Torcato José Clavine, quando nós vamos para o terreno, temos uma noção de infraestrutura, os problemas que deram, porque isto da renovação da infraestrutura, muitas vezes não tem a ver só com a antiguidade da própria infraestrutura. Há dias num Seminário falava-se e falávamos, sobre várias condutas que às vezes até têm setenta, oitenta anos, e às vezes até podem ter mais, mas que estão em boas condições, que não apresentam grandes roturas, que não têm grandes problemas na distribuição. Por isso, esta análise é constantemente feita, e nós naturalmente procuramos e os serviços aí fazem um trabalho notável, até porque são os próprios serviços que nos fazem chegar essa informação, a “intervenção política” do decisor do Conselho de Administração, nesse aspeto não é muito relevante, porque os próprios serviços é que analisam, com dados muito precisos, muitas vezes com inspeções, com filmagens etc. Claro que há depois também uma preocupação, obviamente, de quando a Câmara Municipal está a intervir procurar perceber se aquela zona precisa de intervenção por parte dos SMAS. E quando precisa nós fazemo-la, e temos feito em vários sítios e por isso é que nas grandes intervenções da Câmara Municipal, como a Avenida do Mar e outras, se procura depois também fazer intervenções na rede de saneamento ou na rede de distribuição de água.

A remodelação das redes adutoras e o próprio plano, é algo que tem vindo um bocadinho a ser trabalhado internamente ao longo de muitos anos, nós temos uma rede complexa, o Concelho foi crescendo de outra maneira e as necessidades de fornecimento também vão sendo alteradas. Mas, está previsto podermos ter aqui um estudo um bocadinho mais global até porque não o tínhamos. E também vamos ter que optar. Agora, há aqui uma ou outra intervenção na rede de adutoras, que já sabemos que as vamos ter que fazer, e vamos ter que as fazer, eu dou por exemplo o caso da Estrada Nacional 10, que é uma que nós temos que fazer. Ainda ontem dizia aqui, voltamos a ter outra rutura, a qualquer momento ali é sempre uma zona periclitante.

Plano de investimentos realista e ambicioso. Nós temos um PPI e eu acho que é importante salientar isto, que ao ser construído da forma como foi e foi construído numa lógica de que, não colocar como no passado já foi feito, obras que depois nós sabíamos quando chegarmos à revisão em abril não vamos ter dinheiro para as realizar, e por isso é que no texto do documento que foi entregue, dizemos que estamos a prever que este saldo

12



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

atinga o montante de 6.675.500.00€ (seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e quinhentos euros), sendo que os investimentos previstos a realizar, são de 9.605.500.00€ (nove milhões, seiscentos e cinco e quinhentos euros), dos quais 3.335.000.00€ (três milhões e trezentos e trinta cinco mil euros) já têm financiamento definido e na sua maioria foram iniciados em anos anteriores. O restante valor de investimento previsto neste orçamento, a diferença 6.270.500.00€ (seis milhões, duzentos e setenta mil e quinhentos euros), serão transferidos para financiamento definido aquando do apuramento do Saldo de Gerência de 2019, que transita depois para 2020. E, por isso, com a apresentação das contas do ano de 2019. E qual foi o objetivo? Foi, no dia e no momento em que os serviços financeiros constituíram e nos deram os dados para o Orçamento, sabemos que mais ou menos pelas nossas expectativas e ao dia de hoje sabemos que vamos lá chegar, até podemos passar, nós na revisão de abril vamos lá ter esse dinheiro. E foi essa a perspetiva. Foi ter um Orçamento perfeitamente realista. Aquilo que olham para coluna do definido, entra em vigor no 1 de janeiro e depois o não definido nós sabemos que vamos ter o dinheiro um pouco mais à frente e esse dinheiro está hoje garantido.

Em relação a várias outras questões que foram aqui colocadas, aproveito mais uma vez e agradeço as perguntas até para poder explicar. As equipas de perdas são equipas fundamentais hoje em dia nos próprios serviços municipalizados. Nós também temos, não temos é com a vocação que achamos que devemos ter, temos equipamento, temos é que ter equipas e serviços vocacionados exatamente para isso. O que está previsto é a constituição de uma equipa com assistentes operacionais e técnicos superiores, que só se vão dedicar a isto. Só se vão dedicar a isto. E com equipamento próprio, com viatura própria que todos os dias só vão fazer isto.

O uso das águas residuais urbanas tratadas, é uma prioridade sem dúvida, a própria ETAR do Valdeão, já está neste momento ali num processo um bocadinho mais avançado, para que os veículos da Câmara Municipal, principalmente os da Câmara Municipal, possam começar rapidamente também a utilizá-la e não só. Estamos neste momento, aliás, houve inclusive uma reunião com a empresa que provavelmente nos vai depois fornecer e com quem estamos a tentar trabalhar, de utilização das tais águas pluviais do Centro Sul e que possam ser utilizadas no Parque da Paz, na Avenida Arsenal do Alfeite, no Cemitério e nalgumas zonas verdes adjacentes. Isto é um trabalho que está a ser também, obviamente, com os espaços verdes da Câmara Municipal, porque nós vamos fornecer a água a partir do Feijó, daquele depósito que está desativado, o mais pequeno e daí que depois essa água será distribuída. Temos ali o problema de garantir a qualidade da água, como é uma água pluvial exige outro tipo de cuidados porque nas águas das ETARs nós sabemos porque conseguimos controlar ali no momento aquela que terá de ser um outro tipo de processo que também está a ser preparado.

Deixar mais uma vez aqui a informação. Nós estamos através da AIA – Associação Intermunicipal de Água, é um processo que já vem de trás, que está a ser continuado, todos os Municípios contribuíram para esse plano, para o estudo do Plano Intermunicipal (o nome não é este, mas o fundamento é este), é um Plano Intermunicipal dos Concelhos da Península de Setúbal, para a captação e adução de água e fornecimento dessa água em alta. O Plano já está cabimentado, tem dinheiro, a AIA é que tem dinheiro é que é a tutelar desse estudo, está a ser desenvolvido. Porquê? Porque isso é o que nos vai permitir depois também tomar algumas decisões da forma como captamos a água e a própria distribuição dessa água porque acaba por não ser só um problema de Almada, é um problema de toda a Península de Setúbal.”

6.1.18 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Tentando responder às questões que a Senhora Presidente da Câmara me colocou de uma forma um bocado atabalhoada, mas eu acho que percebi algumas coisas.

Pergunta-me o que eu quero dizer com: “já percebemos quem são esses almadenses”. Se tiver a oportunidade de ler a minha intervenção verá. São os almadenses que têm mais rendimentos. São aqueles que têm mais posses, são aqueles que são beneficiados. Ouça-me, ouça-me se tiver capacidade. São os almadenses que têm mais posses. Eu estou a falar da política fiscal nessa parte, e o que eu digo é: “quem é beneficiado com a vossa política fiscal? São os mais ricos”. É só isto, não digo mais nada. É linear.

Em relação aquela atividade em que diz que sou mentiroso. Minha nossa. Há uma atividade que vem no Plano de Atividades Municipal, que é esta que a Senhora Presidente de Câmara gostou muito, “Cuidar de quem Cuida”.



O que é que diz o Plano? Diz: “dotação atual”, 50.750.00€ (cinquenta mil, setecentos e cinquenta euros), depois diz: “cabimento”, mas nós sabemos o que são cabimentos nestas coisas, 15.000.00€ (quinze mil euros). “compromissos” 15.000.00€ (quinze mil euros), “faturação” 551.00€ (quinhentos e cinquenta e um euros), “liquidação 551.00€ (quinhentos e cinquenta e um euros), “pagamentos” 551.00€ (quinhentos e cinquenta e um euro). Portanto, o que eu disse é que tinham pago 551.00€ (quinhentos e cinquenta e um euro), onde é que eu menti? Senhora Presidente, francamente, se há coisa que eu nunca farei, é explicar estas coisas à Senhora Presidente. Até porque a Senhora Presidente tem um problema, é que a Senhora Presidente, tropeça nos números, cai, levanta-se, é uma coisa impressionante, é mesmo uma coisa impressionante. Eu lamento, mas eu acho que para que a Senhora Presidente se defenda, não fale em números. Arranje um discurso redondo, mas não fale em números, porque a Senhora Presidente tropeça, cai, é uma coisa que faz alguma confusão e até porque apesar de tudo, eu sou município de Almada e a Senhora é minha Presidente, quer eu queira, quer não, e quando faz este papel eu não me sinto bem. Eu não me sinto bem, porque gostava de ter nesse lugar, alguém que tivesse um bocadinho mais de capacidades do que a Senhora Presidente tem.

Desonestidade intelectual. Bem, eu aqui o que direi é que, não reconheço à Senhora Presidente da Câmara, capacidade para avaliar a minha honestidade intelectual, não lhe reconheço. São muitos os exemplos. O número que há pouco referi na minha intervenção, em que a Senhora Presidente, alguém lhe deu, eu acho que provavelmente ela nem chegaria lá, é o número do PAM – o Plano de Atividades Municipais. Ora o problema, é que o PAM é um dos integrantes das Grandes Opções do Plano. Portanto, o que ela quer dizer nos projetos concluídos, quer dizer Grandes Opções dos Plano, mas não sei quem é que lhe foi buscar o número do PAM. Ora bolas, ela não tem culpa, acontece. Eu no seu lugar protegia-me. A Senhora Presidente faz esta figura, eu lamento, não posso fazer mais nada. Lamento. Mas, lições sobre esta matéria não lhe dou, até porque não sei muito, algumas coisas, mas não sei muito, mas não lhe dou.”

6.1.19 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Apenas para tecer aqui algumas considerações às respostas da Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente, para já devo dizer-lhe, já não é a primeira vez que o faz, quando começou a responder ao Bloco de Esquerda, parte da sua intervenção foi direcionada para a CDU, enfim, a Senhora Presidente saberá porque o faz. Mas, lamentavelmente gastou algum tempo que seria o tempo adequado e necessário para que fosse respondida, a essa questão, essa preocupação que aqui deixamos sobre a concessão de refeições a privados nas nossas escolas, que não foi respondida.

E depois, Senhora Presidente da Câmara, se calhar estamos a ser demasiado repetitivos, mas a Senhora Presidente insiste sempre no mesmo, mas antes disso permita-me que lhe diga que, o que é falado em sede de Comissão, não esgota nem é impeditivo da intervenção dos Senhores/as Deputados/as Municipais na Assembleia Municipal. E permita-me dizer isso, pelo contrário, em sede de Comissão reforça aquilo que nós podemos e devemos dizer aqui. E digo isto porque a Senhora Presidente fez esse reparo e, portanto, é natural que o faça.

Outra questão, nós temos aqui falado repetidamente, é a questão da baixa do IMI, a Senhora Presidente surpreende-se sempre quando nós pedimos para baixar o IMI num centésimo, e pelas minhas contas daria um montante entre os 800.000.00€ (oitocentos mil euros) e os 900.000.00€ (novecentos mil euros), mas que iria beneficiar alguns dos nossos cidadãos. E volto a repetir, sabendo nós que existe neste momento, um acréscimo de mais de 14% em receita, só em impostos diretos no nosso Município, e parece que foi bem clara a minha intervenção, a Senhora Presidente diz que nós defendemos a baixa do IMI e também defendemos o investimento em habitação. Claro que sim, claro que defendemos o investimento em habitação. Mas, parece que fui claro na minha intervenção. Os Senhores não baixam IMI, mas existe uma evidente falta de estratégia de habitação por parte da Câmara Municipal de Almada. Eu parece-me que fui bem claro no que disse.

Em relação aos transportes. Eu não me vou alongar muito Senhora Presidente de Câmara, apenas vou citar uma parte daquilo que disse. A Câmara Municipal delineou uma rede de linhas de transportes rodoviários que enviou para a Autoridade de Transportes, mas que decidiu sozinha. Eu disse isto ali, na íntegra. E a Senhora Presidente

12



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Câmara acabou de confirmar que não pode, ou seja, por sigilo daquilo que está a ser negociado, não pode dar-nos informação nenhuma. Muito bem. Então se a Senhora Presidente nos confirmou que não pode dar informação, reconhecerá que o desconhecimento do que foi delineado, negociado, projetado, tendo nós desconhecimento total do que aconteceu, é evidente, de forma alguma nós podemos dar o nosso voto favorável.”

6.1.20 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Eu não sei se o Senhor Deputado Municipal José Lourenço não se importa de falar de números comigo. Se me der licença, eu acho que comigo pode falar de números, porque como já lhe disse, eu também compreendo a sua linguagem. E o Senhor Deputado Municipal tão bem como eu, sabe duas coisas. Sabe aquilo que é o ciclo da despesa, e sabe o que é uma dotação, um cabimento, um compromisso e uma execução e tão bem como eu, sabe a estrutura do Orçamento.

Eu diria que também não lhe reconheço competência para caracterizar qualquer autarca do Partido Socialista pelo menos da forma como acabou de o fazer. Mas vamos continuar.

Também sabe como é que está estruturado o Orçamento da Câmara Municipal. E, portanto, se o Senhor Deputado Municipal responde que estava a falar das Grandes Opções do Plano, mas a Senhora Presidente de Câmara estava a falar dos Planos de Atividades Municipais, o Orçamento é um, o Orçamento de 113.000.000.00€ (treze milhões de euros) 2019, tem à data de ontem, uma execução de 70% ponto final. Ponto final. E, se quiser, eu posso-lhe dizer qual é que é a execução do Orçamentos das Grandes Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano de Atividades Municipais, de cada um deles, mas o Orçamento global tem uma execução à data de ontem de 70% como lhe disse. É tanto verdade o que a Senhora Presidente de Câmara disse como é aquilo que o Senhor Deputado Municipal disse. A questão é que o Senhor Deputado Municipal não contou a história toda. E a história toda é esta: o Orçamento da Câmara Municipal está repartido por vários Orçamentos, o somatório de todos eles, são 113.000.000.00€ (cento e treze milhões de euros) que tem uma execução à data de ontem de 70%. Mas em relação ao ciclo da despesa, porque eu não sei, mas o Senhor Deputado Municipal sabe, mas possivelmente muitos Deputados/as Municipais não sabem o que é esta coisa dos cabimentos, dos compromissos, então vamos fazer aqui uma analogia muito simples. O Senhor Deputado Municipal, ao qualquer almadense, quando se predispõe a fazer uma despesa, tem de confirmar e garantir que tem dinheiro para o fazer. E, portanto, vai ver aquilo que tem na conta do banco, vê que tem aquele valor e põe aquele dinheiro de lado para fazer aquela despesa. E isso é um cabimento. E depois encomenda aquilo que quer comprar. Quando encomenda aquilo que quer comprar, está a assumir que vai pagar aquilo. E isso é um compromisso. Quando faz a encomenda, está a fazer um compromisso. E depois, quando chega a fatura e paga, aí é que é a execução financeira e a liquidação do pagamento. Eu sei disto, a Senhora Presidente de Câmara sabe disto muitíssimo bem, e o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, sabe isto muitíssimo bem, há muito mais tempo do que eu, há muito mais tempo do que a Senhora Presidente de Câmara, pelas funções que já desempenhou e pela idade que também já tem. E, portanto, não vamos aqui enganar ninguém. Há um compromisso assumido de 15.000.00€ (quinze mil euros), e, portanto, a Câmara Municipal quer queira, quer não, vai ter de cumprir com o pagamento de 15.000.00€ (quinze mil euros). E depois é o ciclo da despesa. Se a fatura ainda não chegou, é obvio que ainda não pagou. Não é por acaso, que a execução orçamental de uma Câmara Municipal, de uma Junta de Freguesia, de uma empresa, seja o que for, tem um ciclo diferenciado ao longo de todo o ano. É normal que a maioria dos pagamentos sejam feitos e verificados no final do ano. Eu não estou a dar-lhe novidade nenhuma, mas é bom que isto fique claro para todos. Para todos. Porque quando se fala em discussão séria, então vamos falar de discussão séria. E vamos falar dos números e de como é que os números são trabalhados e do que é uma execução e de tudo isto de forma séria e de forma clara. Que é isto que temos de fazer. E, portanto, dúvidas houvesse, aquilo que o Senhor Deputado Municipal faz e bem porque é experiente, porque é da área, é analisar os números e pegar neles, como qualquer analista económico e economista, gosta de fazer e de brincar com eles. Eu também gosto e também o faço, mas não é aqui, porque aqui eu tenho a seriedade de dizer a verdade aos almadenses. Porque foi para isso que eu fui eleita.”

6.1.21 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Praticamente no final do debate sobre os documentos que todos nós sabemos à partida que nos dividem, fica demonstrado que afinal é possível um debate elevado como atestaram aqui as intervenções da Senhora Vereadora Francisca Parreira, da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, do Senhor Vereador Miguel Salvado. A CDU não pode deixar de registar um profundo e sério protesto, pela forma como a dirigente máxima da Câmara Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, entendeu apresentar e defender aqui este documento. Registando que para além do protesto, pela forma como se dirigiu a esta Assembleia Municipal, não foi apenas ao Grupo Municipal da CDU, foi a toda a Assembleia Municipal, registando que a Assembleia Municipal onde nos encontramos, é o órgão fiscalizador do executivo municipal. Não é o contrário, é a Assembleia Municipal que tem competências legais para fiscalizar a atividade do executivo municipal.”

6.1.22 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputado/as Municipais;

Porque é que se utiliza o pagamento e não o cabimento ou o compromisso? Porque é que se utiliza como regra para comparar a execução, e foi isso que eu fiz e é isso que normalmente se faz, porque é que se utiliza o pagamento e não se utiliza o cabimento ou o compromisso? Porque o pagamento corresponde exatamente, é possível em termos periódicos, e eu estou a analisar um ano, estou a analisar neste caso aqui o ano 2019, eu sei que é possível fazer aquilo, em relação ao cabimento, ao compromisso, é evidente que pode haver um cabimento, depende do tipo de cabimento que é feito, pode haver um compromisso, mas ele pode passar para o ano seguinte. Acontece isso. E ao passar para o ano seguinte, não é possível fazer essa comparação. O pagamento utiliza-se porque o pagamento é a forma mais exata de perceber onde é que a despesa está efetivamente feita. Isto não é ludibriar, não é enganar, não é nada. É fazer de uma forma exata e séria a avaliação das contas. E não vale a pena andarmos aqui com outro tipo de coisas, que isto é apenas para tentar mandar poeira para os olhos das pessoas. Não vale a pena. Os números são o que são e a análise que se faz deles é aquela e mais nenhuma.”

6.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum as propostas foram submetidas a votação tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.1 – A proposta sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2020 e Mapa de Pessoal do Município de Almada foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 votos dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através das seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos das alíneas a) e o) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 29º nº 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas constante do anexo I à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2020 e Mapa de Pessoal do Município de Almada para 2020, nos precisos termos da Proposta Nº 111/XII-3º da Câmara Municipal.

6.2.2 – A proposta sobre as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2020 foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 votos dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através das seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

12



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos das alíneas a) e o) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 29º nº 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas constante do anexo I à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre as Opções do Plano e Orçamento e mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2020;

aprova ainda, nos termos conjugados do artigo 6º, nº 1, al. c) da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º nº 1 do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho, conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, autorização para assunção de compromissos plurianuais, para efeitos de execução das Opções do Plano para o ano de 2020, que não excedam os € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), nos precisos termos da Proposta Nº 109/XII-3º da Câmara Municipal.

6.3 – O Senhor Presidente da Assembleia informou que, tal como foi consensualizado na Conferência de Representantes, os pontos 3.5 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada”, 3.6 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos e Cadastro do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada” e 3.8 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Juizes Sociais lista de candidatos biénio 2020/2021 (DL nº 156/78 de 30 de junho)” da ordem de trabalhos são apresentados e discutidos em conjunto, sendo votados em separado, por voto secreto em urna.

6.3.1 – Para apresentar as propostas usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em penso que as propostas são claras. Duas delas têm a ver com o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização do Departamento de Projetos e Obras dos SMAS.

A outra é para Chefe de Divisão do Departamento de Projetos e Cadastro do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados.

Relativamente ao Juizes Sociais, a lista de candidatos para o biénio 2020/2021, também é a designação dos membros.

Há pouco mais a apresentar para além da informação que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais já têm.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais entendam necessário.”

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum passou-se a votação por voto secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.3.2.1 – A proposta sobre designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, 16 votos brancos e 1 voto contra, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

Ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 112/XII-3º, designando o seguinte júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização do Departamento de Projetos e Obras dos SMAS, com a seguinte composição:

Presidente do júri: Luís Filipe da Costa Pico Adão, Diretor do Departamento de Projetos e Obras (DR) em regime de substituição;



1º Vogal Efetivo: Maria Elisabete Silva Pereira (CMA - DO/Div. Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública) (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

2º Vogal Efetivo: Jorge Manuel de Jesus Marques, Chefe da Divisão de Metrologia e Instalação de Contadores (DMC);

1º Vogal Suplente: Eduarda Maria do Carmo Flora Teixeira Ribeiro, Chefe da Divisão de Gestão Comercial e Atendimento (DGC);

2º Vogal Suplente: Paulo Jorge Sapinho Faustino, Chefe da Divisão de Gestão de Redes de Água (DRA).

6.3.2.2 – A proposta sobre designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos e Cadastro do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, 16 votos brancos e 1 voto contra, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

Ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 113/XII-3º, designando o seguinte júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos e Cadastro do Departamento de Projetos e Obras dos SMAS, com a seguinte composição:

Presidente do júri: Luís Filipe da Costa Pico Adão, Diretor do Departamento de Projetos e Obras (DR) em regime de substituição;

1º Vogal Efetivo: Luís Filipe Azenha Bernardo (CMA - Departamento de Planeamento Urbanístico /Divisão de Instrumentos de Gestão Territorial e Planeamento) (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

2º Vogal Efetivo: Ana Paula da Costa Bubezes, Chefe da Divisão de Tratamento de Águas Residuais da Quinta da Bomba (DTB);

1º Vogal Suplente: Patrícia Sofia Augusto Mestre, Chefe de Divisão de Empreitadas e Urbanizações (DEU);

2º Vogal Suplente: Carlos Manuel Guerreiro Lima, Chefe da Divisão de Redes de Drenagem (DRD).

6.3.2.3 – A proposta sobre Juizes Sociais lista de candidatos biênio 2020/2021 (DL nº 156/78 de 30 de junho) foi aprovada por unanimidade com 37 votos a favor, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do artigo 36º, do Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de junho, aprova a lista de Juizes Sociais para o biênio 2020/2021, nos precisos termos da proposta Nº 116/XII-3º da Câmara Municipal.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo de Almada 2019-2021”.

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e a Senhora Presidente da Câmara.

6.4.1.1 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito sintética, porque os/as Senhores/as Deputados/as Municipais têm na vossa posse a proposta que já foi aprovada em reunião de Câmara. É um documento estratégico que decorre da Estratégia Nacional para as Pessoas em Situação de sem Abrigo. Com a assunção da coordenação deste grupo em 2018 pela Câmara Municipal, entendeu-se encontrar uma nova reorganização do modo de funcionamento, quer de fazer um levantamento e um mapeamento, quer da sua organização e da sua intervenção, nas diferentes zonas do território. Aquilo que vos propomos foi aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara, é a aprovação do

11



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

protocolo com todas as entidades que fazem parte deste grupo de intervenção nas pessoas em situação de sem abrigo e a aprovação deste Plano Municipal.

Dizer aqui só como meramente informativo, que este Plano Municipal sendo um documento estratégico tem previsão de um conjunto de medidas a médio e longo prazo, mas que já na reunião de Câmara e sob condição da aprovação deste Plano Municipal, foram já aprovadas duas medidas concretas, que foi o apoio logístico às equipas diurnas e equipas noturnas que percorrem o nosso território e a gestão de um espaço de acolhimento temporário num protocolo com os Bombeiros Voluntários de Almada.

Dizer-vos só também como meramente informativo e como suporte à concretização deste Plano, que temos em desenvolvimento e em preparação, com parceiros no âmbito da parceria social e suportada em candidaturas de inovação social, respostas mais duradouras de médio prazo e de transição para outras respostas nomeadamente no âmbito da saúde mental, porque todos sabemos que a questão dos sem abrigo está intimamente ligada com estas patologias.”

6.4.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só queria acrescentar que, um plano desta natureza estruturado e coordenado entre várias entidades para pessoas sem abrigo, era algo que não existia antes. E, é talvez uma preocupação que devesse ter existido antes mesmo de nós chegarmos, mas que na realidade não existiu e que a partir de agora passa a existir.”

6.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Plano Municipal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo de Almada 2019-2021, nos precisos termos da Proposta Nº 114/XII-3º da Câmara Municipal.

6.5 – Passou-se ao ponto 3.9 da agenda, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada (ROSMA)”.

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trazemos a esta Assembleia Municipal, uma pequena alteração à Estrutura Orgânica do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada (ROSMA), para o reforço de um serviço fundamental, que é o nosso serviço de Auditoria Interna. Como sabem, nós já tínhamos criado uma Divisão da Auditoria Interna, mas também, no seguimento daquela que foi a Auditoria da IGF – Inspeção Geral de Finanças e também no seguimento de uma realidade que vamos conhecendo cada vez melhor, verificou-se a necessidade de reforçar este serviço. Porquê? Porque obviamente há o cumprimento rigoroso das normas legais, mas também no sentido de apoiar os nossos trabalhadores e os nossos serviços. Já anteriormente mencionei isso, há muitos serviços que, por hábito, porque era assim que se fazia, nem sempre têm a noção de quais são os procedimentos, ou não tinham a noção, de quais eram os procedimentos corretos. E, portanto, esses serviços não podem ser apontados, nem culpabilizados por isso. Pura e simplesmente, era assim que se fazia, Almada funcionava numa realidade paralela, embora ao que parece, percebessem muito de números, mas nós achamos que os números de facto, volta e meia não batiam certo, as execuções também, e sobretudo as faturas também não batiam certo. E, portanto, é necessário de facto, reforçar a estrutura da equipa.

Eu, modestamente, só sigo as indicações que as instâncias competentes me dão. E, portanto, é necessário reforçar a equipa da Auditoria, para duas vertentes. Esta de garantir o total cumprimento, mas a mais importante de todas, para apoiar os nossos serviços a cada momento. Ao nível da contratação, ao nível da gestão de orçamentos e ao nível também, do seu próprio trabalho naquilo que é a fiscalização da execução dos seus orçamentos. Esta proposta que vos trazemos é esta alteração cirúrgica, que tem uma Divisão que é o Controlo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Risco, Governação e Auditoria, que não existia anteriormente, para além da Divisão da Auditoria e Controlo Interno.

Senhores/as Deputados/as Municipais, esta proposta que trazemos decorre, mais uma vez, daquilo que foi a Auditoria à qual a Câmara Municipal de Almada foi sujeita, como outras Câmaras Municipais, que é um processo normal, mas que hoje os resultados de facto, nos preocupam e queremos evitar que voltem a acontecer. E, mais uma vez refiro, para capacitação e apoio às nossas equipas, aliás, a quem eu agradeço muito o esforço no final deste ano.”

6.5-2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 votos dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 17 abstenções, sendo 14 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Regime Jurídico das Autarquias Locais do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as alterações ao anexo A-Regulamento de Organização dos Serviços e ao Anexo B-Estrutura Orgânica Nuclear dos Serviços Municipais de Almada do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada, nos precisos termos da proposta Nº 117/XII-3º da Câmara Municipal.

7 – Tendo sido concluída a agenda, sendo próximo das 0h 40m, deu-se por concluída a sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, José Gonçalves, Tiago Galveia, Catarina Pé Curto e Luís Filipe Pereira.

9 - Foi verificada a presença na reunião dos técnicos da TV Almada e de cerca de 32 Senhores/as Municípes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

